

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Psicologia
Curso de Psicologia

Milene Amaral Pereira

Entre memórias e discursos escreveu um percurso:
Impactos do racismo na formação em psicologia

Porto Alegre
2022

Milene Amaral Pereira

Entre memórias e discursos escrevivo um percurso:

Impactos do racismo na formação em psicologia

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial à
obtenção do título de bacharela em
Psicologia do Instituto de Psicologia da
Universidade Federal do Rio Grande do
Sul.

Orientador: José Geraldo Soares Damico

Porto Alegre

2022

Milene Amaral Pereira

Entre memórias e discursos escrevo um percurso:
Impactos do racismo na formação em psicologia

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial à
obtenção do título de bacharela em
Psicologia do Instituto de Psicologia da
Universidade Federal do Rio Grande do
Sul.

Orientador: José Geraldo Soares Damico

Aprovada em: Porto Alegre, ___ de _____ de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

À família Amaral Pereira e aos nossos ancestrais.

“E o risco que assumimos aqui é o ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infans é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos) que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa”.

Lélia Gonzales

RESUMO

Este trabalho trata da onipresença do racismo, em suas diferentes formas, na formação dos/as psicólogos/as negros e negras. Objetivou-se refletir acerca dos impactos do racismo institucional no ensino e na prática profissional da psicologia. Para o alcance do objetivo, foram utilizadas obras que discutem as relações etnicorraciais, de gênero, racismo institucional e racismo estrutural. O estudo teve como metodologia a escrivência, contando com narrativas em primeira pessoa do percurso formativo desde aulas até as práticas profissionais por meio dos estágios. A implementação de políticas antirracistas sugerem que tem se dado atenção a dimensão estrutural e estruturante do racismo. No entanto, também sugere que a ampliação da representação de não brancos em postos de poder, bem como, maior fiscalização do cumprimento das leis, refletiria em mais equidade e espaços e práticas verdadeiramente democráticas.

Palavras-chave: Formação; Psicologia; Relações Etnicorraciais; Racismo Institucional; Racismo Estrutural.

RESUMEN

Este trabajo trata sobre la ubicuidad del racismo, en sus diferentes formas, en la formación de psicólogos y psicólogas negras. El objetivo fue reflexionar sobre los impactos del racismo institucional en la enseñanza y práctica profesional de la psicología. Para lograr el objetivo, se utilizaron trabajos que discuten las relaciones étnicas y raciales, el género, el racismo institucional y el racismo estructural. El estudio tuvo como metodología la metodología de la escritura, apoyándose en narraciones en primera persona del curso de formación desde las clases hasta las prácticas profesionales a través de las pasantías. La implementación de políticas antirracistas sugiere que se ha prestado atención a la dimensión estructural y estructurante del racismo. Sin embargo, también sugiere que la expansión de la representación de no blancos en posiciones de poder, así como una mayor aplicación de la ley, se reflejaría en espacios y prácticas más equitativos y verdaderamente democráticos.

Palabras-clave: Capacitación; Psicología; Relaciones étnico-raciales; Racismo institucional; Racismo estructural.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
2 QUEM “MERECE” SER COTISTA?.....	18
3 LUGARES DO CONHECIMENTO.....	21
4 ESCUDO NEGRO.....	24
5 DINÂMICAS INSTITUCIONAIS, PODER E RACISMO.....	27
6 PORTAS QUE ABREM E FECHAM: ACESSO, ORGANIZAÇÕES E AÇÕES ANTINEGRO.....	31
7 DESVELANDO A DESIGUALDADE RACIAL: QUESTÕES CLÍNICO POLÍTICAS	38
8 O MACHISMO NOSSO DE CADA DIA.....	42
9 BRANQUITUDE: NEGAÇÃO E PROJEÇÃO DO RACISMO.....	44
10 ADULTIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NEGROS.....	47
11 RACISMO INSTITUCIONAL E ESTRUTURAL.....	51
12 POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL INFANTOJUVENIL.....	54
13 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
REFERÊNCIAS.....	63

1 INTRODUÇÃO

Há um provérbio africano que diz: “Até que os leões tenham suas histórias, os contos de caça glorificarão sempre o caçador”. Dessa forma, é fundamental que tomemos posse das nossas histórias e as contemos a partir da nossa experiência vivida, falada, escrita, sentida, doida, mas da nossa maneira e do nosso ponto de vista. Para que não sejamos sugados pelo que Chimamanda Adichie (2019) chamou de “O perigo de uma história única”. Essas histórias que sempre contaram os/as brancos/as do ponto de vista deles/as e para eles/as poderem criar um mundo onde só esse segmento da população merece prosperar. Assim, parafraseando Conceição Evaristo, “a nossa escrevivência não é para adormecer os da casa grande, e sim para incomodá-los em seus sonos injustos”.

Este trabalho tem como inspiração as produções de intelectuais negros e negras que através de seus escritos vão nos guiando como orixás ao (re)conhecimento dos nossos, além de abrir e pavimentar caminhos com modos de fazer que falam mais sobre nós. Apesar de escrever ser um ato que nos conecta com a nossa ancestralidade e subverte o que está colocado como norma dentro de um contexto racista foi e tem sido um desafio me apropriar desse lugar. Um lugar que está em constante movimento onde deixamos de ser ditos e passamos a dizer sobre nós e para nós. Ou seja, num contexto acadêmico ainda que falemos de nós existe uma estrutura que propõe uma padronização da escrita, do pensar, uma forma de tornar um, algo que extrapola multiplicidade. É por conta dessa estrutura racista que escrever, sobretudo, escrever sobre nós “emerge como um ato político e um ato de descolonização” (KILOMBA 2019, p.28).

Nesse contexto, o presente trabalho é composto por narrativas em primeira pessoa de alguns momentos do meu percurso formativo, como mulher, negra, cotista e periférica, durante a graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E tem como objetivo provocar reflexão sobre os impactos do racismo institucional no ensino e na prática profissional da psicologia utilizando para tanto, autores e autoras que discutem as relações de gênero, etnicorraciais, racismo institucional e estrutural. Como metodologia faço uso da escrevivência que constitui-

se em uma forma de narrar as nossas histórias sejam elas particulares ou coletivas a partir das nossas perspectivas. De acordo com Conceição Evaristo (2017), essa escrita é contaminada pela experiência de ser mulher negra na sociedade brasileira e é isso que formata e sustenta o que ela chamou de escrevivência.

O primeiro capítulo: **Quem “merece” ser cotista?** Aborda o conceito de racismo à brasileira, traz alguns dados sobre a configuração populacional do Brasil e do Rio Grande do Sul, bem como, os impactos da imigração na constituição da população gaúcha e os não ditos a respeito do que se convencionou chamar de cotas. O segundo capítulo: **Lugares do conhecimento** traz a questão de quem é a cara do conhecimento acadêmico e apesar de termos chegado em maior número ainda somos vistos como fora de lugar na universidade. Terceiro capítulo: **Escudo negro** fala sobre o uso que as pessoas brancas fazem das pessoas negras como proteção nas discussões sobre relações etnicorraciais. **Dinâmicas institucionais, poder e racismo** é o quarto capítulo e busca mostrar como uma instituição se estrutura e marca os papéis sociais de negros e brancos. **Portas que abrem e fecham: acesso, organizações e ações antinegro**, quinto capítulo versa sobre a maneira como as instituições se organizam e vão criando barreiras de acesso a determinados segmentos da população. No sexto capítulo: **Desvelando a desigualdade racial: questões clínico-políticas** discuto o silenciamento, a suposta neutralidade e as relações etnicorraciais no equipamento de saúde. **O machismo nosso de cada dia** aparece como sétimo capítulo no qual se refere ao machismo que mesmo em locais majoritariamente femininos emerge e estabelece relações de poder desiguais. **Branquitude: negação e projeção do racismo** é o título do capítulo nove e expõe os jogos feitos pelas pessoas brancas no intuito de se desfazerem dos seus comportamentos inaceitáveis os projetando nas pessoas negras e negando que o façam. **No décimo capítulo: Adultização de crianças e adolescentes negros** trato da diferença do tratamento dado às crianças e jovens das diferentes raças. **Racismo Institucional e Estrutural**, décimo primeiro capítulo, faço uma abordagem da estrutura racista do equipamento de saúde mental. Por fim, no último capítulo **Política de saúde mental infantojuvenil** refiro-me às recentes iniciativas no campo da saúde mental infantojuvenil e seus desafios.

2 QUEM “MERECE” SER COTISTA?

No Brasil toda pessoa negra está sujeita a ser vítima de um crime. Um crime recorrente é o racismo. Munanga (2017), é enfático quando diz que o racismo à brasileira é “um crime perfeito”, pois tem como uma das principais características o silêncio, o não dito. O autor complementa que além de matar fisicamente o silêncio produzido pelo racismo à brasileira alija a consciência de negros e brancos, bem como, da sociedade de modo geral. Munanga afirma que o racismo praticado no Brasil não é menor e nem pior que o de outras localidades, mas possui uma dinâmica e consequências diferentes.

Resumiria o racismo brasileiro como difuso, sutil, evasivo, camuflado, silenciado em suas expressões e manifestações, porém eficiente em seus objetivos, e algumas pessoas talvez suponham que seja mais sofisticado e inteligente do que o de outros povos (MUNANGA, 2017, p.41).

O racismo no Brasil é considerado implícito se comparado com o racismo manifestado em outras regiões do mundo¹ onde instituíram-se leis segregacionistas, o que caracterizou o racismo nesses locais como explícito. No entanto, o racismo que eu experiencio enquanto mulher negra e que a população negra brasileira de modo geral vivencia nesse país, nada tem de implícito. O crescente avanço do conservadorismo e a baixa punitividade aos atos racistas fazem com que no Brasil o racismo não só seja cada vez mais explícito, como escancarado. O atual contexto se configura de modo a estimular os/as racistas a saírem das sombras destemida e desavergonhadamente direcionando às pessoas negras todo e qualquer tipo de ofensas, além da prática de diversas formas de violências amparados/as pela impunidade e pela ideia de uma supremacia branca inexistente, forjada por anos de manipulação, roubos e mentiras. Isso faz com que as manifestações discriminatórias sejam diversas nas distintas sociedades. De acordo com Munanga (2017, p.33) “o racismo é um fenômeno presente em diversas sociedades contemporâneas, latente na cultura, nas instituições e no cotidiano das relações entre seres humanos”.

A sociedade brasileira é permeada em todas as camadas e âmbitos pelo racismo, sendo assim, as instituições e estabelecimentos têm como base das relações, da organização e do funcionamento a desigualdade racial. A estrutura

1 O regime nazista na Alemanha, as leis Jim Crow nos Estados Unidos e o apartheid na África do Sul. Essas regiões tiveram leis segregacionistas institucionalizadas e oficializadas.

racista favorece que a população negra seja o melhor alvo. Com isso, o sistema vai se mantendo intacto tendo como maiores beneficiários das mazelas da população negra a minoria populacional branca².

No Rio Grande do Sul a composição populacional difere da nacional, sendo assim, a população gaúcha é composta por mais pessoas brancas do que pessoas negras. Nesse caso, a minoria da população gaúcha é formada pelo segmento populacional que se convencionou chamar de minoria devido às desvantagens nas relações sociais se comparado ao grupo de pessoas brancas. Conforme o Panorama das desigualdades de raça/cor no RS (2021)

Em 2019, O Rio Grande do Sul possuía 11,35 milhões de habitantes segundo a PNAD Contínua, 79% dos quais eram brancos, 14,3% eram pardos, e 6,2% eram pretos. Há uma diferença significativa em relação ao Brasil, que, no mesmo ano, tinha 42,7% de brancos, 46,8% de pardos e 9,4% de pretos (p.8).

É possível constatar que o Rio Grande do Sul foi um dos estados brasileiros no qual o embranquecimento da população foi bem-sucedido, à medida que recebeu uma quantidade enorme de imigrantes de várias regiões da Europa. Essa abertura para imigração pode ser considerada como o primeiro projeto de cotas do Brasil. Como destaca Golin (2014), “as políticas de colonização do país foram as aplicações concretas de políticas de cotas”. O autor afirma que os ricos do Rio Grande do Sul são os cotistas do passado.

Aos servos, camponeses, mercenários, bandidos, ladrões, prostitutas da Europa foi acenado com a utopia cotista. Ofereceram-lhes em primeiro lugar um lugar para ser seu, um espaço para produzir, representado pelo lote de terra; uma colônia para que pudesse semear a seu sonho.

E lhes alcançaram juntas de bois, arados, implementos agrícolas, sementes, e o direito de usar a natureza – a floresta, os rios e minerais – para se capitalizarem. No processo, milhares não conseguiram pagar a dívida colonial e foram anistiados. E quando ressarciram foi em condições módicas.

Sendo cotistas do Brasil puderam superar a maldição de miseráveis, pobres, servos, e de execrados socialmente (GOLIN, 2014).

Tau Golin nos mostra com seus escritos a amnésia proposital dos colonos europeus e seus descendentes que hoje desfrutam dos benefícios oriundos da generosidade e desonestidade do Estado no período colonial. O autor sinaliza a característica hipócrita e individualista do pensamento dos herdeiros dos cotistas que julgam desnecessárias as políticas de cotas voltadas às pessoas negras, pois

² Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2019), a população brasileira é composta por 57,3% de não brancos (amarelos, indígenas, pardos e pretos) e 42,3% de brancos.

consideram indicar a falta de competência desse segmento populacional que “não se esforça o suficiente”. Embora as vantagens das cotas atualmente institucionalizadas sejam ínfimas se comparadas às cotas estipuladas aos colonos no passado, o ponto central dessa disputa é a quem elas se destinam e sendo o público alvo as populações negras e indígenas, o racismo se impõe. Dessa forma, o apelo pelas cotas sociais nada mais é do que a busca incessante pela manutenção da população branca como a principal beneficiária de toda a sorte de vantagens.

As pessoas de modo geral concordam que a universidade mudou consideravelmente durante esses dez anos da implementação e implantação das políticas de cotas ou ações afirmativas por meio da Lei 12.711/12. No entanto, não há consenso no que diz respeito aos efeitos dessas mudanças, ou seja, existe uma divisão bem evidente das pessoas que consideram boas as mudanças e outras que consideram ruins. Essa dicotomia torna a universidade um campo de disputas não só no que concerne aos conhecimentos difundidos, mas também com relação ao público que naturalmente pode acessá-la e se sentir parte importante do espaço acadêmico. Nesse sentido, é inegável os esforços das pessoas brancas em garantir que apesar das alterações advindas das diversidades proporcionadas pelas políticas de ações afirmativas que algumas coisas se mantenham imutáveis.

Se de um lado o debate sobre ações afirmativas nas universidades se intensificou a partir da luta do movimento negro, não se pode deixar de registrar que a maioria (mais de 80%) dos programas de ações afirmativas e cotas nas universidades se transmutou de “ações afirmativas e/ou cotas para negros” para “cotas sociais” (Feres Júnior, 2012), o que favorece todos os excluídos, inclusive brancos pobres. Com esses programas, os brancos que já estavam em vantagem avançam mais ainda, e as diferenças entre negros e brancos se alargam ((Jaccoud, 2009) apud BENTO, 2018, p.128).

De acordo com Bento (2018), toda a sociedade ganha quando um benefício inicialmente direcionado às pessoas negras é capaz de contribuir para outros segmentos em situação de desvantagem. É uma pequena amostra de como as lutas negras são importantes no desenvolvimento e democratização da sociedade brasileira. Entretanto, é observável uma grande resistência às políticas específicas para negros que poderia refletir no rompimento da desigualdade entre negros e brancos.

As universidades são boas demonstradoras de como o racismo se estrutura e estabelece divisões hierárquicas consistentes entre brancos e não-brancos, onde os

brancos são sempre colocados em situações de vantagem. Elas evidenciam o ápice da desigualdade de uma instituição de ensino, onde o capital humano e a produção de conhecimento são majoritariamente brancos. Isso faz com que somente as pessoas negras sejam vistas como cotistas, além de serem menosprezadas pelo ingresso via cotas e negligenciadas pelo descaso e desvalorização de suas produções.

3 LUGARES DO CONHECIMENTO

Quando ingressei na universidade me deparei com a dura realidade de ver os meus em maior quantidade executando as funções de segurança patrimonial, limpeza, cozinha do restaurante universitário. Em contrapartida, as posições de alunos, professores, técnicos, eram ocupadas em maior quantidade por pessoas brancas. Para Grada Kilomba (2019), a academia é um espaço de poder, sem neutralidade e é fruto de uma estrutura social racista que reflete relações desiguais de poder de “raça” (p.53). Os lugares dos negros estão bem marcados dentro da universidade, visto que, os brancos transitam livremente nos mais diversos espaços, principalmente, os de poder. Apesar disso, é observável que a cada ano que passa estamos entrando em maior número, mas a representação parcial ainda é um obstáculo para uma mobilidade mais fluida e democrática.

[...] a subrepresentação de negros e mulheres em postos de comando e decisão e no quadro de pessoal das instituições favorecem um contexto em que as políticas e programas sofrem um esvaziamento e uma desconfiguração. Talvez isso se deva ao fato de que a simples existência desse tipo de políticas e programas é, por si só, um questionamento à natureza e ao funcionamento dessas instituições, bem como ao perfil de suas lideranças e, assim, acabam provocando fortes resistências, gerando decisões “técnicas” que as modificam, impedindo-as de atingir seus objetivos (BENTO 2018, p.118-119).

Nas primeiras semanas de aula a turma tinha o hábito de ficar concentrada em um mesmo lugar na área externa do prédio. Era nas proximidades do Diretório Acadêmico e do Bar que passávamos a maior parte do tempo, principalmente no intervalo. Numa das noites, estávamos todos em pequenos grupos conversando quando eu e uma amiga nos distanciamos um pouco da turma, devido a uma conversa paralela. Ao pararmos próximo aos colegas, fomos surpreendidas com a seguinte pergunta: Vocês também estudam aqui? Nós nos olhamos sem entender muito bem a motivação de tal questionamento, tendo em vista que estávamos rodeadas pela nossa turma, mas respondemos positivamente. A pessoa nos olhou, balançou a cabeça como quem entendeu e disse: Hmm...Legal! Como a conversa não teve sequência, ela virou as costas e saiu. Nos incomodamos com a pergunta, sobretudo, pelo fato de ter sido direcionada para as únicas mulheres negras que ali estavam. Mesmo desconhecendo as intenções da pessoa que nos abordou, pareceu

que todo mundo estava no lugar menos nós duas. Por que somente a presença das mulheres negras causou questionamento?

Consoante Kilomba (2019), os nossos corpos não foram lidos como corpos acadêmicos. Todavia, os corpos brancos estavam sendo lidos como corpos “no lugar”, “em casa” (p.62). Dessa forma, os brancos ficam isentos de terem que apresentar qualquer tipo de credencial, crachá ou outra forma de identificação que ateste o seu pertencimento nos lugares que frequentam, principalmente, na universidade. Já as pessoas negras parece que tem o dever de andarem identificadas, exceto em lugares que as pessoas brancas já demarcaram para nós. Grada pontua que nesses casos a marcação da negritude não sinaliza somente o “fora”, mas também a imobilidade. O fato de sermos questionadas se também éramos estudantes, interroga a nossa mobilidade, visto que como mulheres negras fomos vistas como “fora do lugar”. “A capacidade que os corpos brancos têm de se mover livremente naquele recinto resulta do fato deles estarem sempre “no lugar”” (KILOMBA 2019, p.62) e isso se dá pela não marcação da branquitude.

No racismo, corpos *negros* são construídos como corpos impróprios, como corpos que estão “*fora do lugar*” e, por essa razão, corpos que não podem pertencer. Corpos brancos, ao contrário, são construídos como próprios, são corpos que estão “no lugar”, “em casa”, corpos que sempre pertencem. Eles pertencem a todos os lugares: na Europa, na África, no norte, no sul, leste, oeste, no centro, bem como na periferia (KILOMBA 2019, p. 56).

No decorrer do semestre tivemos que sair do prédio devido a problemas estruturais, sendo assim, tivemos as aulas realocadas em outros campus e em escolas públicas. Não poder frequentar o prédio do curso foi marcante na questão do pertencimento, mas como algumas aulas ainda eram em outros campus da universidade, diminuiu um pouco o impacto. Tudo pra mim era novidade, quantidade de disciplinas e professores, o conteúdo denso que por vezes me sentia “burra” por ter dificuldade de acompanhar o raciocínio, pois quando olhava pro lado parecia que todos estavam entendendo menos eu.

Segundo Grada Kilomba(2019) o conhecimento e o poder racial estão diretamente relacionados. Woodson (1933) diz que os negros são educados para desprezar o seu povo e ensinados a admirar os europeus, assim sendo, em todas as aulas que frequentam e nos livros que leem o pensamento de inferioridade são inculcados nos mesmos. Os colegas brancos entenderem o conteúdo com mais

facilidade, tem a ver com o fato da academia priorizar conteúdos que dão privilégio de fala às pessoas brancas. Isso coloca em questão a universalidade e neutralidade difundida na universidade, onde apesar de ser um espaço de aprendizado parece não ser permitido ter dúvidas ou há uma baixa tolerância para questionamentos. De um lado a didática dos professores dificilmente é interrogada, do outro lado a dificuldade de aprendizagem dos alunos frequentemente é um problema. Tal situação desconsidera o caráter opressor e dominante do ensino que parte de um lugar e de experiências de vida específicas da realidade das pessoas brancas.

As aulas de modo geral eram difíceis não só pela complexidade dos conteúdos, mas por serem sobre autores brancos com muitos termos em línguas estrangeiras. Tais conteúdos não possibilitam a identificação de todos/as alunos/as. Nesse sentido, Woodson (1933) afirma que “a mera transmissão de informações não é educação. Acima de tudo, o esforço deve resultar em fazer um homem pensar e agir por si mesmo”. Por um tempo achei que as pessoas negras não tinham muito interesse por psicologia, mas não era essa a questão. Grada nos fala sobre o silenciamento e ausência de representação da comunidade negra que é culpabilizada pela própria situação e não o sistema racista no qual vivemos.

Não é que nós não tenhamos falado, o fato é que nossas vozes, graças a um sistema racista, têm sido sistematicamente desqualificadas, consideradas conhecimento inválido; ou então representadas por pessoas brancas que, ironicamente tornam-se “especialistas” em nossa cultura, e mesmo em nós (KILOMBA 2019, p. 51)

O apagamento histórico da participação e contribuições da população negra no mundo é uma regra, assim, a psicologia não seria uma exceção. No que diz respeito à psicologia e os conteúdos que aprendemos na universidade, a população negra contribuiu e muito para a ocupação e superlotação dos manicômios, bem como, das demais instituições totais e pouco intelectualmente. As produções de autores negros e autoras negras surgem em caráter de exceção, sobretudo, quando se trata de abordar datas “comemorativas” como: abolição da escravatura, consciência negra, dia da mulher negra, latino-americana e caribenha, etc.

4 ESCUDO NEGRO

Na universidade e nos demais espaços formativos quando o assunto é relações etnicorraciais com frequência as pessoas brancas utilizam as pessoas negras como escudo. No decorrer da graduação, algumas disciplinas incluíam a temática racial aderindo ao convite de algum/alguma profissional negro/negra ou alunos/as de semestres mais avançados do curso, até mesmo, bolsistas de pesquisas relacionadas para fazer falas pontuais em sala de aula. Em determinadas situações quando o/a convidado/a chegava o/a professor/a rapidamente se retirava da sala, alguns inclusive programavam coisas particulares nesses dias. Frequentemente, as aulas sobre questões raciais eram esvaziadas não só por alguns docentes, mas também por boa parte dos discentes.

A fuga de ouvir as falas das pessoas negras é uma estratégia que além de produzir silenciamento é uma forma de não reconhecer o conhecimento da população negra acadêmica. Conforme Wesley Correia (2020), para entender esses movimentos “é fundamental observar o papel estruturante que a linguagem desempenha nas relações de poder bem como os efeitos ideológicos que este fenômeno implica na subjetividade de certos indivíduos ou de conjuntos de indivíduos”(p.7).

Carter G. Woodson em seu livro “A Deseducação do Negro” de 1933, fala de como a estrutura das instituições, sobretudo, das instituições de ensino são racistas e tem por função a escravização das mentes da população negra. Apesar de ser um texto escrito em outro contexto e momento histórico se mostra muito atual para pensar as questões contemporâneas da situação do negro nos espaços acadêmicos.

Um negro com pensamento suficiente para construir um programa próprio é indesejável, e os sistemas educacionais deste país geralmente se recusam a trabalhar por meio de tais negros na promoção de sua causa. O programa para a elevação dos negros neste país deve ser entregue a uma força executiva como ordens do trono, e eles devem executá-lo sem questionar ou sair da linha e deixar a procissão continuar. Embora o negro seja diariamente forçado mais e mais pela segregação a um mundo peculiarmente seu, seu status incomumente desconcertante é pouco ou nada pensado, e ele não é considerado capaz de pensar por si mesmo (WOODSON, 1933).

Para Fanon (2008), falar é existir absolutamente para o outro. No entanto, como nos aponta Grada Kilomba (2019), a fala só é possível quando a escuta é autorizada

O ato de falar é como uma negociação entre quem fala e quem escuta, isto é, entre falantes e suas/seus interlocutoras/es (Castro Varela e Dhawan, 2003). Ouvir é, nesse sentido, o ato de autorização em direção à/ao falante. Alguém pode falar (somente) quando sua voz é ouvida. Nessa dialética, aquelas/es que são ouvidas/os são também aquelas/es que “pertencem”. E aquelas/es que *não* são ouvidas/os se tornam aquelas/es que “*não* pertencem” (KILOMBA 2019, p. 42-43).

O ato de colocar pessoas negras na linha de frente de situações complicadas, difíceis e que envolvem uma complexidade de fatores reedita cenários de guerra. Cria-se uma falsa ideia de coletividade, de um trabalho em conjunto, mas na primeira oportunidade o combinado se desfaz gerando de um lado o abandono das pessoas negras e do outro a desresponsabilidade das pessoas brancas. Com isso não quero dizer que as pessoas negras não deem conta de temas complexos, mas sim que as pessoas brancas confortáveis com seus privilégios não exitam em bancarem as desentendidas quando as discussões saem do que foi programado, ou seja, se der tudo errado a “negrada” que se vire.

Ao serem interrogados/as sobre a ausência na sala ou nas discussões os/as professores/as justificam que a pessoa já era da casa, conhecia a dinâmica e funcionamento não necessitando que o/a mesmo/a estivesse presente, mas estava disponível pelo celular em caso de urgência. Aqui, a presunção de controle dos/as professores/as sinaliza que **ser de casa** autoriza a dispensa de formalidades. Porém, é importante observar que sentir-se e/ou estar em casa vai além do espaço físico, ou seja, a sensação de quem é de casa passa pelo corpo. Desse modo, se o ambiente/espaço não favorece que você se sinta à vontade, livre emocionalmente, fisicamente e mentalmente, seguro/a, ele não comporta o seu corpo como ele é, então, falha no papel de “ser casa”. A universidade é uma casa grande (aqui refiro-me não somente ao tamanho da casa, mas também a semelhança com a casa dos senhores de engenho na era colonial, onde os negros tinham acesso restrito a casa grande, além de ter um limite de ascensão aceitável como dama de companhia, mordomo, etc.). bem equipada, onde a circulação de pessoas é intensa, mas, mesmo assim, tem muitas pessoas que passam “despercebidas”, isto é, vivenciando esse percurso solitárias no meio de um mar de gente. Nesse contexto, “é de casa”

ganha sentido semelhante ao “é como se fosse da família”, onde a pessoa convive, contribui na organização, funcionalidade e dinâmica, compartilha, partilha, cria, mas não pertence. Assim, o fato dos/as docentes estarem mais familiarizados com a turma e as pessoas que a compõem já seria motivo suficiente para estarem presentes em um debate que pode sair de controle. É verdade que a presença não garante que as coisas não possam se descontrolar, mas pode assegurar no mínimo que não seja uma condução solitária. No entanto, a falta de aprofundamento na temática racial por parte dos/as professores/as dificulta bastante que os/as mesmos/as consigam prever e/ou preparar-se para contornar a exaltação de ânimos que as questões etnicorraciais podem provocar.

Instituições que não chegam a resolver seus problemas conhecerão, nesse contexto, a tentação de achar um bode expiatório, justamente nos novos atores sociais que reivindicam seus direitos de participação, como o segmento que o grupo dominante pode sacrificar alegremente no altar de seus problemas. (BENTO 2018, p.120).

Woodson fala sobre o cuidado de tomar a educação como uma mera transmissão de informações em detrimento de ensinar as pessoas a pensar. O autor coloca

[...] a ênfase está na necessidade de escolas e professores de bom senso que entendam e continuem em simpatia com aqueles a quem instruem. Quem se posiciona em contrário tem a ideia de que a educação é apenas um processo de divulgação de informações. Aquele que pode distribuir essas coisas ou traçar um plano fácil para fazê-lo, então, é um educador. Em certo sentido, isso é verdade, mas é responsável pela maioria dos problemas do Negro. A verdadeira educação significa inspirar as pessoas a viver mais abundantemente, a aprender a começar a vida como a encontram e a torná-la melhor, mas a instrução até agora dada aos negros em faculdades e universidades funcionou ao contrário(WOODSON, 1933).

Nesse sentido, Woodson também afirma que a educação proporcionada ao negro é mais sobre o que os brancos querem que ele faça do que o que o negro deseja para si próprio e para o seu povo. A educação nesses moldes faz com que o negro seja formado para viver como branco sem poder ser branco.

O sistema atual sob o controle dos brancos treina o negro a ser branco e ao mesmo tempo o convence da impropriedade ou da impossibilidade de se tornar branco. Isso obriga o negro a se tornar um bom negro, para cujo desempenho sua educação é inadequada. Para a exploração do negro pelo homem branco por meio de restrição econômica e segregação, o sistema atual é sólido e, sem dúvida, continuará até que dê lugar à política mais sã de cooperação inter-racial real – não a atual farsa de manipulação racial em que o negro é uma figura de proa. A história não fornece um caso de

elevação de um povo por ignorar o pensamento e a aspiração do povo assim servido (WOODSON, 1933).

Constantemente, falar sobre raça é sinônimo de falar sobre o negro ficando o branco anônimo/desconhecido. Assim, os/as brancos/as acabam por concentrarem todas suas energias em estudos sobre o negro e desconsideram estudar sobre si. Nos debates as pessoas brancas acabam tumultuando, sobretudo, quando se tratam de políticas e/ou iniciativas que favoreçam não brancos. A atitude exagerada como se alguém lhes tivesse roubado algo valioso por vezes convoca também pessoas negras que na busca por aceitação acabam sendo arrastadas por ideias falsas de igualdade pautadas na meritocracia.

5 DINÂMICAS INSTITUCIONAIS, PODER E RACISMO

O processo de produção e reprodução da desigualdade racial é um fenômeno complexo. Esse processo vem sendo atualizado conforme o tempo vai passando, mesmo que sua origem seja consequência da escravização de pessoas negras durante aproximadamente quatro séculos. Mbembe (2016), argumenta que a historicidade da origem do terror na modernidade precisa ocupar-se da escravidão, que pode ser considerada uma das primeiras instâncias da experiência biopolítica. Em conformidade com Michael Foucault, a biopolítica é a regulação da vida pelo Estado, que permite a eliminação dos segmentos indesejáveis, operacionalizado por meio do biopoder. Assim, a escravidão foi uma das estratégias utilizadas para a afirmação da superioridade racial branca. Mais tarde, a política de branqueamento³ restabeleceu a hierarquia racial da sociedade brasileira. Hasenbalg e Hofbauer pontuam que a disseminação da democracia racial reforçou a condição de desigualdade entre brancos/as e negros/as.

Em momentos posteriores, onde a tese da democracia racial já se fazia hegemônica, a reprodução da desigualdade sustentou-se tanto nos entraves à mobilidade social dos grupos mais pobres, como nos mecanismos mais ou menos sutis de discriminação, onde as categorias negro e branco continuam a ser utilizadas na sociedade brasileira, influenciando no processo de mobilidade, restringindo o lugar social dos negros (HASENBALG, 1979) e operando mecanismos de inclusão e exclusão (HOFBAUER, 2006).

Diante disso, no dia da entrevista passei horas pensando se valeria a pena ir até o processo seletivo. A todo o momento vinha na cabeça que poderia ser uma perda de tempo, tendo em vista que algumas situações se tornam recorrentes, ainda mais, quando se tratam de pessoas negras. O Racismo Estrutural acaba tornando a vida da população negra difícil nas instituições.

Consoante Sílvia Almeida (2018), do ponto de vista dos estudos das relações raciais institucionais, o racismo não é tomado apenas por atitudes/conduas individuais, mas é tratado como consequência do funcionamento das instituições, que atuam ainda que de forma indireta sobre uma dinâmica que proporciona a partir

3 A Política de imigração europeia por parte do Estado brasileiro, cuja consequência foi trazer para o Brasil 3,99 milhões de imigrantes europeus, em trinta anos, um número equivalente ao de africanos (4 milhões) que haviam sido trazidos ao longo de três séculos. Essa política de branqueamento intuía a diminuição do contingente populacional majoritário que era composto por negros/as.

da raça, desvantagens e vantagens. Nesse aspecto, as instituições são definidas como: “[...] modos de orientação, rotinização e coordenação de comportamentos que tanto orientam a ação social como a torna normalmente possível, proporcionando relativa estabilidade aos sistemas sociais” (HIRSCH 2007, p.26). Para Almeida (2018), as instituições estabelecem normas e padrões que orientam os indivíduos. Segundo o autor, “a estabilidade dos sistemas sociais depende da capacidade das instituições de normalizar os conflitos e os antagonismos que são inerentes à vida social” (2018, p. 29-30).

Sendo a sociedade estruturalmente racista, as instituições não funcionam de forma diferente. Almeida afirma que o “racismo é dominação” (2018, p.31). Nessa perspectiva, dominação é poder. Assim, a manutenção do poder adquirido necessita da eficácia do grupo dominador de institucionalizar seus interesses ditando regras à sociedade, referências de comportamento e modos de racionalidade que normalizam e/ou naturalizam sua dominação.

[...] a principal tese de quem afirma a existência do racismo institucional é que os conflitos raciais também são parte das instituições. Assim, a desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos (ALMEIDA 2018, p. 30).

Como Sílvia Almeida nos comunica, “O racismo é estrutural e estruturante das relações sociais e da formação dos sujeitos”(2016, s/p). Almeida continua

O que a noção de Racismo Estrutural coloca é que o racismo não é algo anormal. É algo normal.[...] É que o racismo independentemente da gente aceitar ou não, ele constitui as relações no seu padrão de normalidade.[...] Até o Christian Laval e o Pierre Dardot quando eles dizem que “o neoliberalismo é uma forma de racionalidade”. Eu quero acrescentar que o racismo é uma forma de racionalidade! É uma forma de normalização, de compreensão das relações. O racismo ele constitui não só as ações conscientes, mas constitui também aquela porção que a gente chama de inconsciente. Eu quero dar um exemplo disso, do racismo enquanto modo de estrutura social, como funcionamento normal da vida cotidiana[...] Quando eu falo de estrutural, eu tô falando basicamente de três dimensões do racismo entendido nessa perspectiva que não é de patologia. Eu tô falando de economia, tô falando de política e tô falando de subjetividade. São esses três pontos que constituem o que eu chamo de estrutural. São três pontos em que eu tenho o constrangimento, em que os indivíduos são constrangidos e que faz parte da própria dinâmica com que eles vivem cotidianamente (ALMEIDA, 2016 s/p).

Dessa forma, o Racismo Estrutural é uma das condições impostas pelos jogos de poder e que baliza a maneira como as pessoas vão viver em sociedade. A forma racionalizada como ele está posto coloca em situação de vantagem um padrão específico de pessoas e essas pessoas são brancas. Para Mbembe (2016), a racionalidade é própria do biopoder, mas é totalmente justificável que ela esteja proeminente no racismo. Assim, a população branca acaba ocupando lugares de privilégio, cria estratégias, é auxiliada por um sistema que colabora para a manutenção desses lugares, que são destinados e pensados para brancos/as, os/as possibilitando posição de sujeitos.

É no interior das regras institucionais que os indivíduos tornam-se sujeitos, visto que suas ações e seus comportamentos são inseridos em um conjunto de significados previamente estabelecidos pela estrutura social. Assim, as instituições moldam o comportamento humano, tanto do ponto de vista das decisões e do cálculo racional, como dos sentimentos e preferências (ALMEIDA, 2018 p.30).

Nessa lógica, o que ficava me tomando era o fato de terem lugares e/ou ocupações não destinados a pessoas negras e os cargos aos quais os/as negros/as são encaminhados/as geralmente estão relacionados ao trabalho braçal, com longas jornadas e terceirizados. Dessa maneira, os subempregos acabam tendo em seus quadros de funcionários/as uma hiperrepresentação da população negra. O mercado de trabalho continua tendo caráter excludente, direcionando a população negra para um nicho de trabalho precário e/ou informal. É o que nos sinaliza Mário Theodoro

O mercado de trabalho nacional nasceu, assim, dentro de um ambiente de exclusão para com uma parte significativa da força de trabalho. Criando dessa forma o trabalho livre, criaram-se também no país condições para que se consolidasse a existência de um excedente estrutural de trabalhadores, aqueles que serão o germe do que se chama hoje “setor informal”(THEODORO, 2008).

Portanto, a população negra passou a exercer um papel social com o maior núcleo de pessoas pobres, prestadores/as de serviços aos quais as classes mais abastadas e classes médias recorrem sistemática e ostensivamente. Isso tudo é consequência da perda de lugar no mundo do trabalho, mas também das ações de um país que convive e vive da desigualdade. Um país que precisa da pobreza para sustentar algumas ações que indicam quais vidas valem mais e quais valem menos, ou seja, quais vidas serão investidas em todos os sentidos e quais desinvestidas deixando/fazendo morrer. Para uma parte da população um mundo de possibilidades se abre e para outras portas se fecham.

6 PORTAS QUE ABREM E FECHAM: ACESSO, ORGANIZAÇÕES E AÇÕES ANTINEGRO

Após chegar no local me surpreendeu o fato do portão estar fechado e não haver usuários/as naquele momento. Tal cena foi explicada no decorrer da entrevista e foi dito que as portas ficam fechadas para além de não conseguir acolher pessoas sem serem encaminhadas pelo sistema via algum serviço da rede, também para evitar algum acidente envolvendo os próprios usuários. No entanto, percebe-se que muitas pessoas acabam não chegando ao serviço. A inserção de um sistema que controla o fluxo de usuários/as e a existência de uma regulação que distribui os casos aos respectivos serviços da rede tornou o acesso das pessoas restrito. Contudo, o fato do serviço atender outros territórios além do que está inserido dificulta consideravelmente que algumas pessoas consigam dar seguimento aos tratamentos. Assim, a entrada de usuários/as também está diretamente relacionada com as questões raciais, tendo em vista que as pessoas atendidas são majoritariamente brancas/os.

A instituição tem sua atuação condicionada a uma estrutura social previamente existente – com todos os conflitos que lhe são próprios –, o racismo que esta instituição venha expressar é também parte desta mesma estrutura. As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Dito de modo mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista (ALMEIDA 2018, p. 36).

Diante disso, o Estado age através dos modos de governo definindo quem acessa determinados serviços. Para quê e para quem é aquele serviço. E a serviço de quem ele está, ou seja, as abordagens, os modos de trabalho e o atendimento que serão ofertados. Logo, o racismo de Estado se faz presente à medida que cerceia o acesso e o cuidado adequado para a população não branca. Foucault afirma que na era do biopoder a morte de uns assegura a existência de todos. O biopoder possui em sua base uma maneira de equivaler vida e morte, o que explica fenômenos como o racismo de Estado. O racismo de Estado é um poder exercido por estruturas administrativas e de governo, onde o extermínio está diretamente vinculado à prosperidade. A morte não se dá só fisicamente, mas também política, social, economicamente, subjetiva, entre outros. Para tanto, o racismo de Estado vê na morte do outro a possibilidade de tornar a vida em geral melhor.

No caso do racismo institucional, o domínio se dá com o estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder. Isso faz com que a cultura, a aparência e as práticas de poder de um determinado grupo tornem-se o horizonte civilizatório do conjunto da sociedade. Assim, o domínio de homens brancos em instituições públicas – por exemplo, o legislativo, o judiciário, o ministério público, reitorias de universidades públicas, etc. - e instituições privadas - por exemplo, diretoria de empresas - depende, em primeiro lugar da existência de regras e padrões que direta ou indiretamente dificultem a ascensão de negros e/ou mulheres, e, em segundo lugar, da inexistência de espaços em que se discuta a desigualdade racial e de gênero, naturalizando, assim, o domínio do grupo[...] (ALMEIDA 2018, p. 31).

A entrevista se deu com os/as estudantes interessados na vaga, duas estagiárias de psicologia e uma psicóloga da instituição. Todas as pessoas que compunham a seleção, representantes da instituição, eram brancas. O processo seletivo ocorreu de forma mais informal, como se estivéssemos em uma roda de conversa. Os participantes foram convidados a levar uma poesia para compartilhar no momento da entrevista. Eu levo a poesia “Bonecos”⁴ da poeta Bia Machado, que

4 Bonecos
Bia Machado

Blocos de concreto
Eu observo
O que tem dentro?
Vários **bonecos**

Que vestem
Comem, dormem
Respiram
E vivem em ordem

Bonecos trabalham
Deitam e dormem
Acordam Bonecos
De plástico
Tão frágeis

Não olham pros lados
Tão frágeis
Em vários pedaços
Não pise na grama

Cuidado: cão bolado
Cuidado: tinta fresca
Cuidado: você foi roubado
Cuidado: vai da treta

Não ria alto boneco
Não chore em público
Não olhe pro lado
Boneco tão frágil

é uma slammer.⁵ Nos últimos tempos, tenho me aproximado bastante dos slams⁶, atividade artística de poesia falada, onde ganham voz pessoas anteriormente silenciadas. Me encanta a potência política desse movimento e a incrível diversidade que dialoga de uma forma muito democrática. A escolha dessa poesia se dá pelo fato de trazer uma temática cada vez mais presente no nosso cotidiano que é a automatização das vidas. A banalização da vida e a desumanização das pessoas inseridas nas instituições que fazem com que não olhemos nossos colegas, com que

Não tire a **roupa**
Não **coma** isso
Não **vista** minissaia
Não fale de **amor**

Não seja **tonta**
Cuidado com o abismo
Não fuja da raia
Não fale de amor

Toma aqui esse padrão
Faça exatamente o que eu disser
Não se atreva a me desobedecer

Não leia
Dá problema de visão
Não ouça essa canção
Não fale de arte
Não pense boneco
Volte pra sua **caixa** de concreto

Faça o jantar
Assista TV
Faça um filho! Nem pense em abortar!
O **corpo é seu**, mas quem decide sou eu

Não fique **assustado**
Respeite seu pai
Mesmo se ele espancar sua mãe
Fique quieto boneco

Faça faculdade
Compre coisas, **jogue fora**
Compre mais coisas
Anda! **Não demora!**

Você já tem trinta e ainda não tem carro?
Você foi **traída** pelo namorado?
Não chore boneco. **É só o começo**
Não ria boneco. Você é só um adereço

Eu já disse, **não chore**
Boneco **vitimista**, boneco de plástico
Tão frágil
Boneco **suicida**
Foi fraco demais
Mas não tem problema não
A gente fabrica mais.

não conversamos, não sentimos, não interagimos, ou seja, deixamos de exercitar nossa empatia e reduzimos nossas experiências. Após termos tido uma entrevista com muitas trocas e interações, sai da entrevista com uma impressão legal do lugar, mas sem muitas expectativas com relação a ser selecionada.

Uns dias se passaram e recebi o contato com a notícia da minha aprovação para a função de estagiária. A notícia me deixou espantada, pois não esperava, mas igualmente animada. Na primeira semana de estágio algumas coisas que eu pensava se confirmaram, principalmente, a questão de terem alguns lugares pré determinados para não brancos. O choque se deu ao me deparar com poucas pessoas negras no equipamento de saúde e que algumas pessoas negras que ali se encontravam eram terceirizadas. Como mostrou Hasenbalg, em seu estudo pioneiro de 1979:

O racismo opera um mecanismo de desqualificação dos não-brancos na competição pelas posições mais almejadas. Ao mesmo tempo, os processos de recrutamento para posições mais valorizadas no mercado de trabalho e nos espaços sociais operam com características dos candidatos que reforçam e legitimam a divisão hierárquica do trabalho, a imagem da empresa e do próprio posto de trabalho. “A raça é assim mantida como símbolo de posição subalterna na divisão hierárquica do trabalho e continua a fornecer a lógica para confinar os membros do grupo racial subordinados àquilo que o código racial das sociedades define como ‘seus lugares apropriados’” (HASENBALG, 1979, p. 83).

De acordo com Pinto, não é possível compreendermos a exclusão do negro do mercado de trabalho, dito “qualificado” apenas levando em consideração seu passado escravista, é preciso atentar para todas as configurações políticas, ideológicas e racistas que causaram a perpetuação da supressão dos negros de empregos e oportunidades valorizadas socialmente. Como nos diz Guimarães:

As estatísticas demonstram que não apenas o ponto de partida dos negros é desvantajoso (a herança do passado), mas que, em cada estágio da competição social, na educação e no mercado de trabalho, somam-se novas discriminações que aumentam tal desvantagem. Ou seja, as estatísticas demonstram que a desvantagem dos negros não é apenas

5 Poeta.

6 É uma batalha de poesias e rimas que existe desde os anos 1980 e tem crescido cada vez mais no mundo e no Brasil, sobretudo no século XXI. Considerado por muitos um esporte, o slam tem batalhas nacionais e uma Copa do Mundo, onde finalistas de diversos países se encontram para escolherem qual a melhor poesia. Na última década, o Brasil tem apresentado suas manifestações, sobretudo entre os jovens periféricos, e traz consigo um forte teor autoafirmativo, identitário e de ocupação de espaços públicos.

decorrente do passado, mas é ampliada no tempo presente, através de discriminações (GUIMARÃES, 2002).

O susto não está somente relacionado com o fato delas não pertencerem ao equipamento de saúde com vínculo direto, mas por existir uma divisão relacional da equipe fixa com os/as funcionários/as das empresas privadas. Os/as funcionários/as terceirizados/as não participam das reuniões e quando precisam se dirigir a algumas pessoas da equipe fixa não se sentem confortáveis. Cabe salientar que as profissionais terceirizadas eram todas mulheres negras e a equipe fixa era composta por maioria de mulheres brancas. Conseqüentemente, começam a se evidenciar as hierarquias institucionalizadas e a desigualdade racial.

Sistemas sociais como o do Brasil, que têm como base a diferença e a desigualdade, influenciam a visão de mundo dos que estão em situação de privilégio tanto quanto daqueles que são por eles oprimidos. Desta forma, brancos são “racializados” simplesmente por viverem numa sociedade racializada. No cotidiano da vida, brancos vão consolidando uma visão de mundo sobre o que significa ser negro ou branco em nossa sociedade. Ao observar outros brancos na televisão, nos livros didáticos, revistas, na direção das instituições em geral, ao vivenciar situações diárias nas quais os negros estão sempre em situação de desvantagem, ao viver situações de preferenciamento, o privilégio branco vai sendo naturalizado (BENTO; CARONE, 2002 apud BENTO 2018, p. 124-125).

A maior parte dos/as integrantes da equipe fixa não viam necessidade da participação das funcionárias das empresas terceirizadas nas reuniões, visto que acreditavam que os assuntos discutidos nas reuniões não tinham a ver com as funções delas e que seria difícil elas entenderem a dinâmica. Porém, as reuniões não eram somente utilizadas para falar dos casos e/ou demais reuniões externas da rede, mas também para tratar das questões organizativas (materiais, horários, utilização das salas, eventos, etc...) que tem a ver com todas as pessoas que compõem a estrutura do equipamento de saúde mental independentemente das funções exercidas. Então, depois de muito questionada a ausência das profissionais terceirizadas nas reuniões pelos/as estagiários/as e residentes, acordou-se em reunião de equipe que elas passariam a participar da primeira parte das reuniões onde eram discutidas as questões internas do CAPSij e das formações permanentes.

Em conformidade com Bento (2018, p.125), a branquitude não é somente uma forma de conceber o mundo, mas também de atuar nele. Isso pode significar, por vezes, garantir privilégios por meio da manutenção e ampliação das estruturas

de poder. A autora também nos sinaliza sobre a dimensão ideológica da branquitude que determina lugares de poder e influencia nossa psique.

A branquitude, a masculinidade e a heterossexualidade hegemônicas nos lugares de poder configuram-se justamente nessa dimensão ideológica. Elas se referem a uma construção histórica e social e explicitam uma visão de mundo que se evidencia no cotidiano das instituições e dessa forma designam alguns como irmãos, com os quais há que se trabalhar, e outros como estrangeiros, adversários ou inimigos.

[...] a ideologia da branquitude cumpre uma função psíquica essencial: ela mobiliza desejos, afetos e incentiva a libido. Ela se refere a identificações profundas e possibilita a cada um fortalecer narcisicamente “os iguais” e, ao mesmo tempo, desembaraçar-se de suas pulsões arcaicas virulentas, de sua violência e brutalidade, ao encontrar adversários e inimigos considerados inferiores ou perseguidores, que devem ser ignorados, excluídos, aniquilados ou convertidos (BENTO 2018, p.121).

Para dar início ao combinado decidiu-se que a primeira reunião que elas participariam seria a formação permanente planejada como uma das atividades do novembro negro. O texto a ser debatido era sobre branquitude o qual eu fiquei de conduzir o debate e no decorrer os demais integrantes da equipe iam fazendo os apontamentos que achassem pertinentes. O texto era disponibilizado para toda a equipe previamente, o que possibilitava que as pessoas pudessem ler anteriormente ao dia da formação.

Chegado o dia, a equipe de funcionárias terceirizadas não haviam recebido o texto, pois a pessoa da equipe fixa que trabalhava com elas de forma mais direta não as repassou. Dali pra frente, tudo deu errado. Elas entraram na reunião contrariadas, porque ficou parecendo que foi um convite de última hora e se questionaram os motivos de escolherem aquele dia para elas participarem. A branquitude pouco participou da discussão fazendo com que a negritude tivesse que aparecer no discurso, o que deixou as pessoas negras totalmente constrangidas e incomodadas, tendo que trazer exemplos de cunho pessoal para ilustrar situações que por vezes podem trazer a tona dores adormecidas. Enquanto as pessoas brancas ficaram confortáveis nos seus pedestais e fazendo cara de desentendidas, como se elas não tivessem nada a ver com o assunto.

Bento (2018) nos sinaliza sobre as barreiras colocadas pelas pessoas que se encontram em espaços de poder caracterizadas por alianças fortes e resistentes que impedem atuações verdadeiramente progressistas em prol da igualdade e contra opressivas que vão para além de discursos. A autora coloca que

As barreiras interpostas aos processos de mudança na distribuição de negros e brancos, homens e mulheres no espaço institucional de poder são rígidas, profundas e não cedem com facilidade. A dimensão primária e profunda da violência, da ganância, do desejo de manter e ampliar privilégios, combina-se com instâncias mais circunstanciais, embora essas últimas nem sempre sejam verbalizadas, e essa combinação caracteriza alianças fortes e resistentes (BENTO 2018, p.122).

As pessoas brancas além de negar o que dizia o texto, faziam apontamentos vagos, sem nenhuma implicação com o que estava sendo lido. As pessoas negras que podiam ser identificadas como tais ficaram extremamente bravas com o que estava acontecendo ali, sobretudo, as profissionais que não faziam parte da equipe fixa que direcionaram seu descontentamento para as outras pessoas negras, principalmente para mim que fiquei de contribuir na discussão e não ser protagonista, mas fui abandonada pelas pessoas brancas que deveriam compor e ficar mais ativas na formação.

A branquitude, enquanto construção social e histórica, possibilita aos indivíduos se situarem no interior de uma formação coletiva, sólida, uma comunidade de negação, que nega e exclui da realidade o que não a interessa. Essa dimensão profundamente ideológica da branquitude expressa e mascara a realidade e só tem sentido em sociedades divididas por conflitos sociais. Aí sua função será de ocultar o conflito, apregoar o povo unido e mascarar a dominação (BENTO 2018, p.121).

Com o passar do tempo, a decisão tirada na reunião de equipe foi perdendo função e acabou sendo mais um adereço para enfeitar a ata, pois as profissionais terceirizadas entravam em umas reuniões nas outras não apareciam e a profissional da equipe fixa referênciava delas, bem como as outras pessoas com as quais elas tinham mais interação não faziam muita questão de sensibilizar sobre a importância da participação delas nesses espaços.

7 DESVELANDO A DESIGUALDADE RACIAL: QUESTÕES CLÍNICO POLÍTICAS

Em uma das reuniões que participei, levantei a questão das apresentações de casos sem a descrição racial e/ou étnica dos/as usuários/as. A não verbalização de características essenciais me indignou, pois reproduz a ideia de que as pessoas são todas iguais, onde as questões etnicorraciais não têm peso sobre os modos de ser e estar no mundo e/ou não tem agência sobre as questões de saúde mental. A realidade apontada pelos dados em saúde mostram que as pessoas não brancas são as que mais sentem as consequências dos (des)cuidados dos serviços. O trabalho pautado no princípio da equidade está sendo negligenciado.

Conforme Jaccoud (2008), discutir políticas e instrumentos de combate à desigualdade racial implica em debater um conjunto variado de fenômenos, como: o racismo, a discriminação direta, a discriminação indireta, o preconceito, que, em conjunto, mantêm a população negra concentrada nos segmentos mais baixos da estratificação social brasileira.

O racismo pode ter sua forma alterada pela ação ou pela omissão dos poderes institucionais, que podem tanto modificar a atuação dos mecanismos discriminatórios, como também estabelecer novos significados para raça, inclusive, atribuindo certas vantagens sociais a membros dos grupos raciais historicamente discriminados. Na visão institucionalista o racismo não se separa de um projeto político e de condições socioeconômicas específicas. Os conflitos intra e interinstitucionais podem levar a alterações no modo de funcionamento das instituições, que, para continuar estável, precisa contemplar as demandas e os interesses dos grupos sociais que não estão no controle (ALMEIDA 2018, p. 32).

A minha colocação gerou um silêncio na sala e o meu apontamento foi recebido como uma agressão por algumas pessoas, de acordo com o relato da minha supervisora. Das pessoas presentes na reunião de equipe, algumas consideraram a forma como eu apontei a importância de tal dado inadequada. A forma como reagiram a minha intervenção foi um analisador⁷ do desconforto que gera tocar em temas que as pessoas negam praticar, como o racismo, onde fica mais fácil projetar sua agressividade no outro do que ver a violência contida nas

⁷ O analisador é um conceito-ferramenta forjado por Guattari, exposto no livro *Psicanálise e transversalidade*. É aquele ou aquilo que provoca análise, quebra, separação, explicitação dos elementos de dada realidade institucional.

suas práticas profissionais. As pessoas procuraram a supervisora para relatar sua indignação com a minha fala, na minha ausência, sinalizando que eu enquanto estagiária não deveria/poderia me colocar daquela forma e fazer tal marcação. A supervisora me colocou todas as questões que surgiram no momento da supervisão na intenção de saber como isso repercute em mim, ou seja, que sentimentos me tomam a partir do que foi relatado. O fato de parte da equipe tê-la abordado para falar do ocorrido na reunião não me incomodou, pois mobilizou a equipe a falar sobre o assunto. No entanto, me deixou desconfortável e considerei desrespeitoso falarem sobre mim pelas minhas costas.

De acordo com Grada Kilomba (2019), um dos sintomas que explica a reação das pessoas brancas é a repressão. Para a autora, a repressão é a defesa do ego censurando o que é identificado como uma verdade desagradável. Grada afirma:

O medo branco de ouvir o que poderia ser revelado pelo sujeito Negro pode ser articulado com a noção de repressão de Sigmund Freud, uma vez que a “essência da repressão”, escreve ele: “*encontra-se simplesmente em afastar algo e mantê-lo à distância do consciente*” (Freud 1923, p. 17). Este é aquele processo pelo qual as ideias desagradáveis – e verdades desagradáveis – tornam-se inconscientes, vão para fora da consciência devido à extrema ansiedade, culpa ou vergonha que causam. Contudo, enquanto enterradas no inconsciente como segredos, elas permanecem latentes e capazes de ser reveladas a qualquer momento. A máscara vedando a boca do sujeito Negro impede-o(a) de revelar as verdades das quais o mestre branco quer “se desviar”, “manter à distância” nas margens, invisíveis e “quietas”. Por assim dizer, este método protege o sujeito branco de reconhecer o conhecimento do ‘Outro’. Uma vez confrontado com verdades desconfortáveis desta história muito suja, o sujeito branco comumente argumenta: “não saber...”, “não entender...”, “não se lembrar...”, “não acreditar...” ou “não estar convencido por...”. Estas são expressões desse processo de repressão, no qual o sujeito resiste tornando consciente a informação inconsciente, ou seja, alguém quer fazer o conhecido, desconhecido (KILOMBA 2019, p. 41-42).

As máscaras que vedam a boca das pessoas negras na atualidade são invisíveis. Os processos de silenciamento estão articulados com a maneira que as instituições funcionam, com o racismo, com o sexismo, entre outros. Nesse percurso de estágio venho percebendo vários movimentos de silenciamento das pessoas negras no serviço. A ausência das pessoas terceirizadas nas reuniões de equipe e mesmo quando são convidadas não conseguem ver sentido ou sentirem-se à vontade no espaço. O afastamento da coordenadora do serviço em virtude de um Acidente Vascular Cerebral (AVC) que teve como sintoma a perda da fala,

repercutindo até hoje, necessitando de acompanhamento fonoaudiológico. Por fim, o meu silenciamento que vem sendo produzido por algumas pessoas da equipe desconsiderando as informações que compartilho sobre questões raciais, a não disponibilidade para o diálogo, fazendo falas quando não estou presente e movimentos para desarticulação de ações antirracistas.

A autora Maria Aparecida Bento (2002), pontua que silenciar é uma forma das pessoas brancas não problematizarem o papel que ocupam na desigualdade racial. Bento afirma, que “evitar focalizar o branco é evitar discutir as diferentes dimensões do privilégio”(2002, p. 26-27).

O silêncio, a omissão ou a distorção que há em torno do lugar que o branco ocupou e ocupa, de fato, nas relações raciais brasileiras. A falta de reflexão sobre o papel do branco nas desigualdades raciais é uma forma de reiterar persistentemente que as desigualdades raciais no Brasil constituem um problema exclusivamente do negro, pois só ele é estudado, dissecado, problematizado (BENTO 2002, 29-30).

Segundo Almeida (2016), o Racismo Estrutural é a explicação possível para a indiferença e a não implicação das pessoas brancas nas violências contra os não brancos. O racismo acaba sendo facilmente naturalizado e mesmo as pessoas que se posicionam contra, não fazem nenhum movimento para combatê-lo.

[..] Não há mesmo entre as pessoas que não aceitam esse tipo de violência, qualquer tipo de ação política efetiva para se voltar contra isso. Ou seja, nós de alguma maneira naturalizamos a violência contra as pessoas negras. A sociedade naturaliza a violência contra as pessoas negras. A morte de jovens negros sistematicamente nas periferias não causa choque, como deveria causar o assassinato de pessoas [...] O racismo estrutural ele tem um outro efeito, ele tem um outro sintoma. Um sintoma que se dá sobre as pessoas que não são negras, as pessoas brancas. Que é exatamente naturalizar a sua condição enquanto pessoa branca, isso é a branquitude. Ou seja, o branco, o ser branco se torna uma regra, o ser negro se torna exceção. Então, o branco não tem raça quem tem raça é o negro. Tanto ser branco como ser negro são construções sociais e que são vivenciadas a partir de certos privilégios estruturalmente estabelecidos. Enfim, a luta contra o racismo e portanto, a luta pela transformação social, pela construção de uma sociedade melhor, passa necessariamente pela luta contra o racismo na sua dimensão estrutural. O que significa que deve-se abrir mão de privilégios para que a luta contra o racismo seja uma luta efetiva. É uma luta para se desconstituir (ALMEIDA, 2016).

A falta de sensibilização por parte dos brancos é o que tem sustentado o que Mbembe (2016) chama de necropolítica. A necropolítica consiste nas formas modernas de subjugar a vida ao poder da morte. Nesse sentido, o autor expõe que alguns conceitos cunhados anteriormente podem ser insuficientes para dar conta

dos movimentos contemporâneos das construções de morte em vida e do próprio extermínio por meio de armas de fogo/letais através do qual se expressa o necropoder.

Nesse sentido, meu primeiro pensamento diante do ocorrido foi que se causou incômodo tem algo a ser trabalhado, mas assinalei que era imprescindível que essa questão não ficasse pessoalizada em mim, uma pessoa negra e, que fosse um compromisso da equipe se ocupar disso, enquanto instituição que trabalha com o mais diverso público e tem que alinhar suas práticas a melhor atender quem necessita do serviço. Desse modo, pactuamos na supervisão que seria um compromisso de todos que ali estavam bancar atenção às questões etnicorraciais. Embora, na equipe tenham quatro funcionários/as que fizeram o curso de promotores da saúde integral da população negra, mas que de alguma forma não conseguiram colocar em prática as coisas trabalhadas no curso e tampouco participavam das reuniões destinadas à discussão dessas questões no qual a instituição tem assento.

8 O MACHISMO NOSSO DE CADA DIA

Segundo o dicionário Michaelis, machismo é descrito como a “ideologia da supremacia do macho que nega a igualdade de direitos para homens e mulheres”. Já no dicionário Aurélio, machismo é a “ideologia segundo a qual o homem domina socialmente a mulher”. O machismo tem bastante peso na estrutura social e pode aparecer de forma direta (no corporativo, economicamente, por meio de violência física, verbal, etc...) e/ou de forma indireta (interrupção de falas, apropriação de ideias dadas por mulheres, coloca a mulher em uma posição de quem é incapaz de entender, etc...). Assim, o machismo está enraizado na sociedade.

Estávamos encerrando o grupo das crianças quando começamos a ouvir uma movimentação em torno da TV. Eu e uma colega residente fomos olhar o que estava acontecendo que justificasse a agitação dos colegas. Ao chegarmos diante da TV vimos que estavam em função do fechamento do IMESF, o que gerou comoção de todos por conta da situação que os colegas estavam vivendo diante do ocorrido. Nesse momento, algumas trabalhadoras estavam almoçando no saguão para acompanhar as notícias. No entanto, um outro funcionário que também estava ali almoçando e levantou um pouco antes de chegarmos derrubou comida no chão e saiu para largar o prato na cozinha. Ele retorna e é interpelado pelas colegas que queriam que ele limpasse a sujeira que tinha feito no chão. O funcionário com uma cara debochada afirmou que não limparia, virou as costas e se dirigiu ao segundo andar. Eu e a colega que estava comigo nos olhamos e achamos um abuso ele fazer aquilo, não só pela falta de educação, mas por ele se autorizar a fazer as coisas como ele bem pensa sem levar em consideração que se ele não limpasse outra pessoa o faria. Diante do ocorrido, a pessoa que estava na portaria, uma mulher negra, limpou alegando que estava fazendo em respeito à moça da limpeza, também uma mulher negra.

Kastrup e Passos (2013), apontam que na construção do plano comum devemos nos atentar à transversalidade e as coisas que precisam ser expostas. Para os autores, “[...] o comum sofre uma modulação preocupante quando nos deparamos com o fenômeno da violência de gênero que assola domínios da realidade”.

Do ponto de vista dos valores sociais, a mulher negra é mais negra do que o homem negro, se entendemos que a negritude é mais do que uma característica étnica, apresentando-se como uma posição minoritária na organização política do *socius*. A violência de gênero não pode ser pensada sem considerarmos a situação de desigualdade que, mais do que distinguir os homens das mulheres, confere um sentido político à diferença ao sobrecodificá-la com procedimentos hierarquizantes e desqualificadores. A desigualdade torna-se diferença dominada. A diferença de gênero torna-se desigualdade de direitos e iniquidade. No entanto, não basta afirmarmos que as mulheres são diferentes e que respeitar seus direitos implica defender suas necessidades de gênero. Há aqui o perigo da fixação da condição feminina em uma “necessidade” de gênero como a condição de ser mãe, de tal maneira que defender seus direitos equivale, por exemplo, a salvar a saúde materno-infantil (KASTRUP; PASSOS, 2013).

Os autores ainda afirmam que

A diferença da experiência de negritude feminina pode atravessar os limites estritos dos grupos de gênero, atestando uma força analisadora da organização hegemônica na sociedade. Essa força analisadora tem potencial para desestabilizar o que está naturalizado como certo ou errado, como o que é dado ou o “assim mesmo”. Se a violência incide de maneira desigual no *socius*, é um importante índice da iniquidade que caracteriza as relações de poder e dominação que organizam a sociedade de modo vertical (hierarquia entre homens e mulheres) e horizontal (corporativismo que supõe que os negros sofrem todos de maneira igual) (KASTRUP; PASSOS, 2013).

Dessa forma, o machismo autoriza atitudes por parte dos homens que os permite agirem de forma irresponsável, sem medir as consequências dos seus atos. Os homens ficam muito confortáveis em qualquer posição que sejam colocados a ocupar. Sendo assim, encontram eco para continuar produzindo e reproduzindo formas de opressão, bem como, manter privilégios. Nesse sentido, uma forma de sensibilização é “aumentar o grau de abertura comunicacional intragrupos e intergrupos, transversalizando os grupos ao liberar as diferenças que estão fechadas em seus lugares próprios” (KASTRUP; PASSOS, 2013).

9 BRANQUITUDE: NEGAÇÃO E PROJEÇÃO DO RACISMO

O racismo institucional e o respaldo proporcionado pela branquitude autorizam/respaldam brancos/as a desumanizar negros/negras, bem como, afirmar coisas a respeito dos mesmos sem provas. A branquitude é definida por Frankenberg como multidimensional:

Branquitude é um local de vantagem estrutural, de privilégio racial. Além disso, é um "ponto de vista", um lugar do qual as pessoas brancas olham para nós mesmos, para os outros e para a sociedade. Ainda, 'Branquitude' refere-se a um conjunto de práticas culturais que são geralmente invisíveis e anônimas (1993, p.1).

Para Frankenberg, a palavra branquitude descreve um conjunto de locais que são histórica, social, política e culturalmente produzidos, e que estão intrinsecamente ligados a relações dinâmicas de dominação. Portanto, a Branquitude é conceituada como uma constelação de processos e práticas em vez de uma entidade discreta. A Branquitude é dinâmica, relacional e operacional em todos os momentos e numa miríade de níveis. Esses processos e práticas incluem direitos básicos, valores, crenças, perspectivas e experiências que supostamente são compartilhadas por todos, mas que na verdade só são consistentemente oferecidas às pessoas brancas. Os estudos da Branquitude começam com a premissa de que racismo é privilégio branco, existem tanto em formas tradicionais quanto modernas, e, em vez de trabalhar para provar sua existência, trabalham para revelá-la (DIANGELO, 2018).

Por esse ângulo, estava aguardando um usuário chegar quando uma colega me chama pra ver a foto da filha recém-nascida de uma usuária. Eu me aproximo dela para olhar e comento a foto quando ouço a mãe da criança dizer que queria que sua filha fosse branca. A colega me cutuca e sai conversando com a usuária a questionando por conta de tal afirmação. Nesse momento, subi para o segundo andar para organizar algumas coisas enquanto o usuário que eu aguardava não chegava. No grupo ela conseguiu falar que o desejo partia dela não querer que a filha passasse por todas as situações de discriminação, racismo e preconceito que ela vivenciou na vida. Ela também afirmou que a médica que a atendeu falou que ela era racista por falar que queria uma filha branca.

Bento (2002), nos sinaliza que “compreender melhor a branquitude e o processo de branqueamento é entender a projeção do branco sobre o negro, nascida do medo, cercada de silêncio, fiel guardião dos privilégios”. Desse modo, a colocação feita pela médica que atendeu a usuária, evidencia que o racismo era algo da própria médica projetado na adolescente que com todos os atravessamentos raciais e os impactos do racismo, somente desejou que sua filha não tivesse que passar pelas mesmas situações.

Os adolescentes do grupo ajudaram ela fazendo várias falas de acolhimento, inclusive que o problema não era ela e sim às pessoas que agem de modo a condenar as outras pessoas por conta da cor. Toda essa cena se deu no térreo, parte na área interna e outra na externa. Já no andar de cima comecei a conversar com a supervisora, tempo depois a colega sobe e começa a falar o ocorrido para a supervisora. Nesse momento, a psiquiatra fala que o que devíamos nos atentar era que a jovem em questão tinha baixa autoestima.

Em meio a um mundo onde o/a negro/a carecem de benefícios simbólicos, a baixa autoestima é o mínimo que ela pode ter. Os/as brancos/as projetaram nos/as negros/as tudo que rejeitavam em si mesmos/as, fazendo com que o inaceitável ficasse caracterizado na figura das pessoas negras. Bento pontua,

Há benefícios concretos e simbólicos em se evitar caracterizar o lugar ocupado pelo branco na história do Brasil. Este silêncio e cegueira permitem não prestar contas, não compensar, não indenizar os negros: no final das contas, são interesses econômicos em jogo. Por essa razão, políticas compensatórias ou de ação afirmativa são taxadas de protecionistas, cuja meta é premiar a incompetência negra, etc., etc. [...] pois qualquer grupo precisa de referenciais positivos sobre si próprio para manter a sua autoestima, o seu autoconceito, valorizando suas características e, dessa forma, fortalecendo o grupo. Então, é importante, tanto simbólica como concretamente, para os brancos, silenciar em tomo do papel que ocuparam e ocupam na situação de desigualdades raciais no Brasil. Este silêncio protege os interesses que estão em jogo (BENTO 2002, p. 27).

Ao escutar isso me posiciono dizendo que não se tratava de uma situação individual, mas sim de algo que é construído coletivamente. A psiquiatra, então, ficou quieta e eu pontuei que se isso não for trabalhado com a usuária ela pode vir a rejeitar a filha. Imediatamente, a psiquiatra afirmou que ninguém rejeita por conta disso. Eu coloco pra ela que rejeita sim e que isso tá pra além de uma vinculação é o racismo operando. Ela faz uma cara e não segue o assunto.

O que parece interferir na visualização dos privilégios e implicação dos/as brancos/as é uma espécie de pacto, um acordo entre os/as brancos/as de não se reconhecerem como parte absolutamente essencial na permanência das desigualdades raciais. Para Bento,

[..]quando se estuda o branqueamento constata-se que foi um processo inventado e mantido pela elite branca brasileira, embora apontado por essa mesma elite como um problema do negro brasileiro. Considerando (ou quiçá inventando) seu grupo como padrão de referência de toda uma espécie, a elite fez uma apropriação simbólica crucial que vem fortalecendo a autoestima e o autoconceito do grupo branco em detrimento dos demais, e essa apropriação acaba legitimando sua supremacia econômica, política e social. O outro lado dessa moeda é o investimento na construção de um imaginário extremamente negativo sobre o negro, que solapa sua identidade racial, danifica sua autoestima, culpa-o pela discriminação que sofre e, por fim, justifica as desigualdades raciais (BENTO 2002, p. 25).

Dessa forma, quando as pessoas negras são vistas e veem a si mesmas de formas negativas a tendência é distanciar-se dessa imagem e buscar uma aproximação com o que é visto com admiração que nesse caso são as pessoas brancas. Assim, foi diante de muito trabalho, durante muitos anos que os/as brancos/as se instituíram como modelo universal de humanidade.

10 ADULTIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NEGROS

Na minha experiência de estágio em serviço público especializado de saúde mental infantojuvenil, tenho escutado e presenciado vários casos diferentes do envolvimento de crianças e adolescentes negros/as em casos de abuso, estupro, assédio, etc. Além, de queixas constantes de agressividade e postura desafiadora excessiva. Em boa parte desses casos as crianças e adolescentes estão abrigados/as, ou seja, em acolhimento institucional. No entanto, frequentemente a culpa dos incidentes, das violências recaem sobre as crianças e adolescentes negros/as envolvidos/as. Os profissionais quando não desconsideram a questão racial, afirmam rolar jogos de sedução por parte dos/as jovens e crianças. Assim, alguns profissionais apresentam dificuldades para escutar e enxergar o racismo, negam comportando-se de forma a deslegitimar, desvalorizar, silenciando, assim sendo, induzindo as crianças e adolescentes ao silêncio. Da mesma maneira ocorre com relação a realização das denúncias que não são problematizadas, pois o sofrimento de crianças negras e adolescentes negros gera menos sensibilização do que o sofrimento de crianças brancas e adolescentes brancos. Nesse sentido, é possível observar nitidamente como vai se dando o processo de adultização de crianças e jovens negros.

A “Adultização” é o processo de querer acelerar o desenvolvimento das crianças para que se tornem logo adultas. A “adultização” provoca perda da infância, da socialização, da coletividade e do mais importante, a fase do brincar livremente (DAWN, 2019 s/p).

Em pesquisa de campo, numa escola da região metropolitana do Rio de Janeiro, o intelectual negro e doutor em filosofia Renato Nogueira ouviu de uma criança negra que o problema do mundo era adulescer. A partir desse encontro surge o conceito de adultidade. Para Nogueira, “a adultidade pode ser entendida como rival da infância que habita tudo que vive” (2019, p.138).

Adultidade é a chave para entender o que devemos evitar politicamente, um modo de vida que abandona o mistério da vida como algo inescapável. Numa análise panorâmica, adulescer é justamente um percurso de adulteração da biointeratividade que faz da vida uma experiência sem rótulos, radical, e marcada pelo mistério de existir. Em termos afroperspectivistas, adulescer significa perder as forças brincantes de investir no mistério inexplicável de existir – milagre. Adulescer é abrir mão da mais-valia da vida. Adulescer é a forma por excelência de corrupção da vida, algo contra o qual não temos um remédio salvador. Mas, apenas, o restabelecimento da infância pode nos convocar a superar o adulescimento.

O que isso significa? Devido ao adulecimento, fazer política tem sido uma atividade de colonização da vida. Para descolonizá-la é preciso uma política brincante. Uma política brincante está apoiada no mais-valia da vida e no milagre, isto é, ela advém da infância (NOGUEIRA, 2019, p.137).

Dessa forma, nota-se a incapacidade de alguns profissionais de forma geral, mas dos profissionais de psicologia⁸ em particular, em lidar com as questões da infância e adolescência com todas as implicações e atenção que essas fases da vida exigem. No decorrer do trabalho com alguns estabelecimentos, as crianças e adolescentes bons são os que convocam menos os cuidadores, profissionais, educadores, monitores, etc. Já os/as adolescentes e crianças classificados/as como ruins são aqueles/as que estão demandando mais atenção e cuidado. No entanto, a exposição de alguns comportamentos não são lidos como um sintoma institucional, ou seja, reflexo das relações, da condução do trabalho, dos profissionais que realizam o trabalho, da organização de horários e tarefas, entre outras coisas. Com frequência, a solução do problema é recorrer a exclusão e/ou medicalização, assim, os corpos destoantes são controlados.

Nessa perspectiva, as crianças e os adolescentes são privados do tempo de experienciar o tédio, a tristeza, as frustrações, de poder falar sobre as coisas que os incomodam sem julgamentos, preconceitos e discriminação. O espaço de ser levado a sério considerando a fase desenvolvimental e suas especificidades é preenchido por muitos bloqueios onde há mais possibilidades de silenciar do que dialogar.

De acordo com a psicopedagoga e psicanalista, branca, Clara Dawn, tem etapas que não podem ser puladas, bem como, sentimentos e sensações que são imprescindíveis para um desenvolvimento saudável. A autora sinaliza que os adultos fazem movimentos no sentido de acalmar as crianças e adolescentes se utilizando de maneiras mais confortáveis para eles mesmos, não atentando para os impactos na vida das crianças e dos adolescentes.

[...] É muito importante para a saúde mental e para o desenvolvimento cognitivo e psicossocial da criança vivenciar a frustração, o tédio, o não e a birra até que pare de chorar sozinha, sem barganhas ou ameaças. Acredite, a birra tem pontos muito positivos. Se você permitir que a criança

8 Marco principalmente os profissionais de psicologia por ser a especialidade que mais se tem contato, no que diz respeito às crianças e jovens em acolhimento institucional. Mas, também pelo desenvolvimento humano ser uma das áreas de atuação do psicólogo que tende a fazer uma abordagem ocidentalizada, universalista e homogeneizadora das fases humanas desconsiderando as intersecções de gênero, raça, classe, entre outros.

experimente o tédio, certamente ela desenvolverá habilidades inimagináveis (DAWN, 2019 s/p).

A adultização tem consequências gravíssimas nas vidas de crianças e adolescentes. Porém, se levarmos em consideração as relações raciais e de gênero os impactos são muito mais duros, eu diria até mesmo letais. Nesse aspecto, podemos afirmar que a adultização de jovens e crianças negras está diretamente relacionada ao racismo que estrutura as instituições e consequentemente as relações. Isto é, o racismo institucional tem conduzido à práticas profissionais racistas e relações sociais discriminatórias e preconceituosas.

Conforme Sueli Carneiro (2005), o conceito de dispositivo criado por Foucault é importante para entender a dinâmica do racismo na sociedade. A autora afirma que esse conceito

oferece recursos teóricos capazes de apreender a heterogeneidade de práticas que o racismo e a discriminação racial engendram na sociedade brasileira, a natureza dessas práticas, a maneira como elas se articulam e se realimentam ou se realinham para cumprir um determinado objetivo estratégico (CARNEIRO, 2005, p. 39 apud WERNECK, 2016, p. 541).

Para Jurema Werneck o dispositivo evidencia uma classificação valorativa de seres humanos amparados na racionalidade. Werneck pontua

O dispositivo instaura um ordenamento amparado na racionalidade, que permite hierarquizar e estruturar o poder de determinação das formas de relações sociais como privilégio de um grupo particular de seres humanos. Permite, ainda, a validação da raça como atributo sociológico e político (WERNECK, 2016, p.541).

A autora também discorre sobre a importância da ferramenta conceitual cunhada por Sueli Carneiro como dispositivo de racialidade para explicar

as formas como o racismo penetra os diferentes campos da vida social e produz seus resultados, o que nos permite compreender como o racismo estrutura profundamente o escopo de democracia no Brasil, reduzindo a abrangência da cidadania por estar na base da criação e manutenção de preconceitos, ou seja, ideias e imagens estereotipadas e inferiorizantes acerca da diferença do outro e do outro diferente, justificando o tratamento desigual (discriminação) (WERNECK, 2016, p. 541).

Um estudo realizado pela Georgetown Law Center on Poverty and Inequality mostrou que os adultos consideram meninas negras menos inocentes e mais adultas do que as meninas brancas. Conforme dados do relatório Girlhood

Interrupted: The Erasure of Black Girls' Childhood⁹, meninas negras parecem mais velhas que meninas brancas da mesma idade; precisam de menos apoio, sabem mais sobre 'assuntos de adultos', precisam menos de proteção e sabem mais sobre sexo do que meninas brancas. Segundo Rebecca Epstein, Jamilia J. Blake e Thalia Gonzalez, autoras do estudo, a visão estigmatizada interfere diretamente nos modos de vida e o tratamento dado a essas meninas na infância. As autoras enfatizam que “o estereótipo contribui para acelerar o processo de sexualização e de “adultização” das meninas negras” (apud CLAUDIA, 2017). Para Jamilia, “as mulheres negras são vistas, historicamente, como agressivas, barulhentas, desafiadoras e hipersexualizadas. Nós temos um estereótipo social que é perverso. Vai sendo repassado pela mídia e incorporado em nossa história e nas nossas interações sociais” (apud ESTADÃO, 2017).

O respectivo estudo contou com a participação de 325 pessoas adultas de diversas raças, classes, diferentes níveis educacionais e de regiões distintas dos Estados Unidos. Dentre os questionamentos utilizados estavam: “o quanto as crianças devem ser reconfortadas”, “receber apoio”, etc. Concluiu-se que crianças e adolescentes negros estão mais expostos ao julgamento preconceituoso e todas as suas consequências. De acordo com Rebecca, “já nos primeiros anos, a escola pode considerar que elas precisam de menos proteção e menos estímulo do que garotas brancas”(apud CLAUDIA, 2017).

Neste ambiente, estima-se que elas tenham uma chance cinco vezes maior de receber punições como advertências e suspensões. Valores que continuam a se estender até a vida adulta – neste segundo momento, aplicado à Justiça. A conclusão do estudo identifica ainda a vulnerabilidade desta parcela diante da violência de gênero, pois, devido aos retratos do racismo evidenciados acima, as jovens são mais culpabilizadas por agressões físicas e estupro sofridos (apud CLAUDIA, 2017).

Dessa maneira, as instituições, bem como, as instituições totais, tem reforçado os estereótipos racistas, sexistas, classistas em sua estrutura. Diante disso, os lugares onde deveriam ser oferecidas possibilidades de cuidado, atendimento sensível e humanizado estão produzindo e reproduzindo violências contra seus usuários/as.

9 Tradução: Infância Interrompida: O Apagamento da Infância de Crianças Negras.

11 RACISMO INSTITUCIONAL E ESTRUTURAL

Desde o início do meu estágio em serviço público de saúde mental infantojuvenil venho tencionando os processos racistas enraizados em algumas práticas profissionais de modo geral, sobretudo, dos profissionais de saúde mental em particular. Esse percurso formativo e profissional me proporcionou apurar meu olhar para o racismo institucional no campo da saúde mental, bem como, sobre o racismo estrutural da saúde que são produzidos e reproduzidos através de fazeres racistas, discriminatórios e preconceituosos.

O racismo institucional é o fracasso da instituição e das organizações em prover um serviço profissional e adequado às pessoas devido a sua cor, cultura, origem racial ou étnica. Ele se manifesta em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano de trabalho, os quais são resultantes da ignorância, da falta de atenção, do preconceito ou estereótipos racistas. Em qualquer caso, o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e demais instituições e organizações (CRI, 2006).

O conceito de Racismo Institucional foi definido pelos ativistas integrantes do grupo Panteras Negras, Stokely Carmichael e Charles Hamilton em 1967, para especificar como se manifesta o racismo nas estruturas de organização da sociedade e nas instituições. Para os autores, “trata-se da falha coletiva de uma organização em prover um serviço apropriado e profissional às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica” (1967, p.4).

O racismo institucional tem sido a prática pela qual o Estado criminaliza e mata a população negra de modo geral e crianças e jovens negras/os em particular. Principais vítimas da violência urbana, os jovens negros são objeto de uma política de extermínio. Este é o racismo institucional, que confirma um Estado despreparado para lidar com as diferenças que constituem uma sociedade.

Mais recentemente Jurema Werneck (2013) definiu o racismo institucional como “um modo de subordinar o direito e a democracia às necessidades do racismo, fazendo com que os primeiros inexistam ou existam de forma precária, diante de barreiras interpostas na vivência dos grupos e indivíduos aprisionados pelos esquemas de subordinação deste último”. Seu impacto na vida da população negra no Brasil pode ser percebido tanto na sua relação direta com os serviços e as

instituições que deveriam garantir seus direitos fundamentais, quanto no cotidiano de suas vidas.

Num dia de estágio, eu e a supervisora combinamos de mapear os/as usuários/as que tinham ela como profissional de referência e como estava a ida deles/as ao CAPSij, bem como, o PTS de cada um/uma. Nessa busca observamos que tinha um perfil de crianças e adolescentes aos quais se investia mais atenção e dedicação aos casos. Em contrapartida, outro segmento pouco investido, comparecendo presencialmente ao equipamento de saúde mental somente para renovar receita e conseqüentemente com uma maior frequência de internações em um curto espaço de tempo.

O levantamento proporcionou que pudéssemos identificar que as crianças e adolescentes negros compunham o grupo de usuários/as entre os casos mais graves, com maior reincidência de internações e casos de tentativa de suicídio. Já os/as usuários/as brancos/as estavam entre os mais investidos e conseqüentemente com mais casos de alta. Para Kilomba (2019, p. 80-81) “o racismo funciona para justificar e legitimar a exclusão de “Outras/os” raciais de certos direitos”. Nesse sentido, observamos a precarização do serviço de saúde mental oferecido às pessoas negras usuárias do equipamento de saúde mental que não retira totalmente o direito aos cuidados/serviços de saúde mental, mas que os presta de forma negligenciada e inadequada às necessidades de determinado segmento de usuários/as.

A resistência institucional é tipicamente uma ação de manutenção de perspectivas hegemônicas e de seu corolário, o controle, pelos segmentos dominantes, dos recursos destinados às políticas públicas e privadas. Nesse processo, as políticas que deveriam ter o foco racial, de gênero ou orientação sexual são combatidas, e o quadro de desigualdades quase não se altera (BENTO 2018, p.124).

A conclusão das nossas investigações gerou alguns questionamentos e um deles nós decidimos compartilhar com os/as demais colegas escrevendo no quadro da sala de reuniões para ver as interações, sobretudo se o que nós constatamos também estava visível para o restante da equipe. A pergunta era a seguinte: O que faz com que a equipe não invista em alguns casos? Passados uns dias da intervenção, não houve interação no quadro. As pessoas liam, comentavam entre si, mas não escreveram uma linha no quadro. Diante dessa ação só pudemos observar o mais alto e ensurdecido silêncio.

No interior das instituições, as regras estão planejadas para a continuidade, para a permanência das estruturas organizacionais que geraram a desigualdade. Assim, cumpre averiguar o comportamento das instituições diante da pressão por equidade e justiça racial. E por razão o racismo institucional tem sido foco de intensos debates. Conhecer o racismo institucional pode nos ajudar no diagnóstico da situação de negras e negros na sociedade brasileira e contribuir para a definição de caminhos que podem ser trilhados para mudar o quadro de desigualdades raciais (BENTO 2018, p129).

Diante do exposto, é possível perceber os movimentos antinegro e os efeitos nocivos que estes causam nas subjetividades negras. O psicólogo Lucas Veiga (2017) concebe o termo subjetividade referido à produção de modos de ser, estar, sentir e perceber o mundo. Ele afirma que são inúmeros os vetores que se atravessam na constituição das subjetividades. O racismo é um desses vetores que, nas subjetividades negras, é o catalisador dos demais, a partir do qual toda uma configuração existencial é montada.

O racismo está nas bases da organização social e das relações. A metodologia em larga escala que mata as pessoas negras hoje é a mesma que operou na sociedade escravista. Os efeitos do racismo institucional têm desdobramentos não somente no jovem negro, mas em toda a comunidade e familiares, que são vítimas brutalizadas pelo sistema racista.

12 POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL INFANTOJUVENIL

A população infantojuvenil foi o último segmento da sociedade a ter uma política de saúde mental que atendesse a suas necessidades levando em consideração as especificidades dessas fases do desenvolvimento humano. Nesse contexto, as questões de saúde mental infantojuvenil tinham caráter higienista fomentando o surgimento de organizações fechadas de cuidado. Ou seja, todo esse processo gerou a construção de um modelo assistencialista com predisposição a institucionalização de crianças e adolescentes, bem como, a criminalização da pobreza. Além da institucionalização do racismo, tendo em vista que a maioria das crianças e adolescentes negros estão entre os mais pobres.

Ao mesmo tempo em que o início do século XX propagou a importância da assistência a crianças e adolescentes, principalmente porque elas representavam um futuro diferenciado para a nação brasileira, engendrou-se um conjunto de medidas, calcadas na lógica higienista e de inspiração normativojurídica, que expandiu sobremaneira a oferta de instituições fechadas para o cuidado de crianças e adolescentes, em sua maioria sob a tutela do campo filantrópico. O discurso hegemônico sobre a importância da criança na organização da sociedade republicana não teve como correspondente a tomada de responsabilidade do Estado que, por outro lado, oficializava o modelo em curso e a concepção da criança a ser assistida: a deficiente social (pobre), deficiente mental e deficiente moral (delinquente)(MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2005).

O equipamento de saúde mental que tenho mencionado no decorrer do trabalho, antes de virar um CAPSij era um local que atendia crianças e adolescentes em situação de rua e vulnerabilidade, isto é, tinha o seu funcionamento voltado à assistência de desajustados sociais e morais, com pouco ou nenhuma ênfase na saúde mental. Todo esse processo só escancara práticas excludentes, discriminatórias, de desassistência e abandono das crianças e adolescentes. Assim, movimentos disfarçados de cuidado com vistas a dar conta das questões sociais e de saúde mental infantojuvenil acabam tornando a vida de crianças e adolescentes mais difíceis, sobretudo, de crianças e adolescentes negros.

[...]Crianças negras compõem, em algumas instituições, o segmento majoritário de classes especiais que abrigam aquelas diagnosticadas como “problemas”, gerando, por parte dos profissionais que cuidam delas, resistências e baixas expectativas quanto ao seu futuro. No entanto, como nos mostra Rosemberg (1997), o histórico de vida desse segmento pode ajudar a entender tal situação: as crianças pequenas negras são o

segmento social brasileiro com o maior contingente de pobres e indigentes, vivem em domicílios com as piores condições de saneamento básico, frequentam estabelecimentos educacionais com as piores condições de infraestrutura (água, luz, esgoto), estudam em escolas com brinquedos, livros e espaços externos e internos insuficientes e inadequados, têm as professoras com a mais baixa qualificação e pior remuneração do sistema educacional brasileiro e tem o investimento *per capita* mais baixo. Ou seja, discriminação institucional costuma ser evidenciada menos por eventos isolados e mais por índices e taxas comparativas da situação dos negros com outros segmentos populacionais. O racismo institucional tem forte componente estrutural e histórico. Muitas vezes, um adolescente diagnosticado como difícil, como tendo problemas emocionais, por não aceitar seu corpo ou sua identidade, é alguém com uma história de exclusão de equipamentos educacionais de boa qualidade, que lhe acolhessem dignamente e que tivessem possibilitado o contato com o patrimônio cultural de seus antepassados, através de livros, brinquedos, ambiente físico e políticas educacionais em geral (BENTO 2018, p.130).

De acordo com Camargo et al. (2012, p. 352) “O racismo incita um duplo processo de exclusão social da população negra, posto que promove um extermínio identificatório, principalmente da criança e do adolescente negro que não quer se reconhecer como tal, e da sociedade que não o reconhece como sujeito” (CAMARGO 2018). Para Bento (2018), “o racismo institucional pode ser entendido como ações de natureza organizacional, que independem da intenção de discriminar, mas que tem impacto diferencial e negativo em membros de um determinado grupo”. Todavia, a infância e juventude ganham uma atenção especial com a criação de documentos que passam a dar visibilidade às questões estruturais que colocam crianças e adolescentes em uma situação de desvantagem social.

O amplo movimento pela redemocratização do País, no final da década de 70, deu visibilidade e ampliou as condições de possibilidade para que essas questões estruturais pudessem ser alteradas e superadas. Resultado de um amplo processo de debate por toda a sociedade brasileira, a promulgação da Carta Constitucional de 1988, marco da democracia e dos direitos, teve o mérito de afirmar sem ressalvas a condição cidadã de crianças e adolescentes, assegurando-lhes “o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”, conforme descrito no artigo 227 da Carta Magna. Esse mesmo processo de afirmação da condição de sujeitos de direitos tributados a crianças e adolescentes resultou na promulgação da Lei n.º 8.069, de 13/7/1990, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2005).

A criação de documentos colocam o segmento infantojuvenil em melhor situação social, entretanto, não garante a efetividade de mudanças. Para tanto, eram necessárias ações que assegurassem o reconhecimento de crianças e adolescentes como cidadãos de direito. Dessa forma, inicia-se o movimento de reforma

psiquiátrica e a urgência de se intervir nesse modelo de cuidado institucionalizado, surgindo a gestão de saúde mental no SUS promovendo novas formas de cuidado com ênfase no território e na comunidade.

A Política Nacional de Saúde Mental é pensada com vistas a fomentar uma nova forma de cuidado às pessoas acometidas por transtornos mentais. Um modo de fazer que privilegia o cuidado em liberdade em detrimento do modelo centrado na internação. Para esse fim, são criados serviços que descentralizam o cuidado em saúde mental, sendo realizado em rede e no território. Assim, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Ambulatórios, Atenção Básica, Serviços Residenciais Terapêuticos, Centros de Convivência e Cultura, entre outros espaços dentro das cidades compõem essa rede. Porém, esse modelo de cuidado em saúde mental tem como desafio atender as necessidades de crianças e adolescentes que até então estavam bastante negligenciados, atendendo os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). Dessa forma, esse trabalho tem que estar articulado com os demais espaços e campos aos quais as crianças e adolescentes circulam.

Para que tal trabalho seja possível Camargo (2018, p.134) aponta a necessidade que os equipamentos de saúde mental estejam atentos às questões étnico-raciais e reconheçam os territórios como racializados, fomentando intervenções que privilegiam o território como espaço de convívio, de trocas, de práticas que constroem novas formas de fazer, inclusivas, que validem e de espaço de fala para os portadores de sofrimento mental. Apesar da participação dos usuários já ser algo previsto e garantido pelas diretrizes do SUS através do controle social, ainda é possível verificar a negligência dos profissionais dos serviços.

De acordo com a Política Nacional em Saúde Mental são diretrizes para o atendimento infantojuvenil:

- Sustentar a condição da criança e do adolescente como sujeitos de direitos;
- Escutar e acolher toda criança, adolescente, familiar ou pessoa que traga a demanda – acolhimento universal;
- Comprometer os responsáveis pela criança ou adolescente, sejam familiares ou agentes institucionais, no processo de atenção e cuidado;
- Ter a responsabilidade de agenciamento do cuidado e do encaminhamento responsável;

- Manter abertos canais de articulação com outras equipes do território, de forma a tomar os casos em sua dimensão territorial (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2005).

Diante disso, o Ministério da Saúde criou um fórum de articulação do cuidado em saúde mental de crianças e adolescentes com o objetivo de colocar à mostra as questões relativas ao campo da saúde mental infantojuvenil e buscar resolvê-las. Desde 2004 existe o Fórum Nacional de Saúde Mental Infanto-Juvenil que tem como atribuições

- Funcionar como espaço de articulação entre os diversos setores que atuam na área da infância e da adolescência e de discussão permanente sobre as políticas para área de Saúde Mental Infanto-Juvenil, incentivando a criação de fóruns locais;
- Estabelecer diretrizes nacionais para a organização do conjunto de práticas que envolvam a atenção e o cuidado à Saúde Mental Infanto-juvenil;
- Possibilitar a integração, a articulação e o diálogo entre as diversas instituições que atuam no campo da atenção a crianças e adolescentes;
- Produzir e divulgar conhecimento e informações que subsidiem as instituições responsáveis pelas políticas públicas na área da infância e adolescência, nos diversos âmbitos de gestão;
- Elaborar recomendações e deliberações a serem transmitidas e implementadas na rede intersetorial de assistência (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2005).

Contudo, mesmo diante de alguns movimentos realizados com intuito de humanizar o cuidado em saúde mental de crianças e adolescentes, ainda é possível verificar a utilização do cuidado asilar muito fortemente em detrimento do cuidado em liberdade. No dia a dia do trabalho em serviço especializado de saúde mental infantojuvenil com frequência verificamos que uma das primeiras opções dos familiares, cuidadores e principalmente dos abrigos é recorrer a internação.

Camargo (2018), sinaliza sobre a problemática que envolve os equipamentos de saúde mental como os CAPS que são serviços adequados e potentes para o cuidado antirracista devido seu projeto ético-político, mas quando não se apropriam das políticas específicas como PNSIPN correm o risco de entrar em contradição e acabar se constituindo em “políticas que governam para a vida, mas também governam para a morte quando permitem a não implementação e a violação dos direitos” da população em geral, mas principalmente da população negra (SCISLESKI et al. 2016, p.92 apud Camargo 2018, p.134). O autor ainda afirma que

se os CAPS e a reforma psiquiátrica se implicassem verdadeiramente na luta antirracista ganhariam em potência e forneceriam cuidados de fato equânimes.

Dessa maneira, nota-se que apesar da reforma psiquiátrica ainda nos deparamos com práticas profissionais muito semelhantes às existentes nos manicômios. Esses movimentos fazem com que tenhamos que estar atentos às formações, cursos que podem estar produzindo e reproduzindo práticas profissionais em divergência com o que está previsto pelo SUS e pelas políticas de saúde mental vigentes.

13 CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] uma psicologia proletária, eticamente comprometida com a realidade nacional e a superação das desigualdades estruturais, não pode cair no canto da sereia e não escutar o grito dos marinheiros.

Marcio Farias

Este trabalho abordou a onipresença do racismo, em suas diferentes formas, na educação e profissionalização da população negra na psicologia. Apesar do passar dos anos e com políticas antirracistas implementadas a população negra ainda tem seus percursos impactados pelo racismo. Negros e negras, bem como os movimentos por eles/as organizados tem criado as mais diversas estratégias de enfrentamento à discriminação, aos preconceitos, mas a estrutura social e a institucionalização do racismo tem embarreirado os avanços. Para Carter Godwin Woodson (1933), todo o consumidor tem o direito irrestrito às oportunidades sem que as mesmas sejam escolhidas por terceiros, tendo em vista que todos pagamos impostos e deveríamos usufruir dos mesmos direitos. O autor afirma

[...] todo indivíduo da ordem social deve ter oportunidades ilimitadas de tirar o máximo proveito de si mesmo. Essa oportunidade, também, não deve ser determinada de fora por forças definidas para direcionar o elemento proscrito de forma a redundar apenas para o bem dos outros, mas deve ser determinada pela constituição do próprio Negro e pelo que seu ambiente exige dele (WOODSON, 1933).

Num contexto racista, a negritude tem sido utilizada por brancos/as para justificar a ausência de oportunidades, um passe livre para a violação de direitos, bem como, à prática de diversas formas de violências. Todavia, a negritude tem sido o meio pelo qual a população negra tem se reconhecido, se unido, conectando-se com a sua ancestralidade, produzindo e reproduzindo estratégias de resistência e luta antirracista através da coletividade, dos movimentos negros e sociais. De acordo com Munanga (2012, p. 6-7), “a identidade negra ou afro-brasileira passa pela negritude enquanto categoria sócio-histórica e pela situação social do negro num universo racista”. O autor ressalta que a negritude está para além da cor da pele.

É importante frisar que a negritude embora tenha sua origem na cor da pele negra, não é essencialmente de ordem biológica. De outro modo, a identidade negra não nasce do simples fato de tomar consciência da

diferença de pigmentação entre brancos e negros ou negros e amarelos. A negritude ou a identidade negra se refere à história comum que o olhar do mundo ocidental “branco” reuniu sob o nome de negros. A negritude não se refere somente à cultura dos portadores da pele negra, que aliás, são todos culturalmente diferentes. Na realidade, o que esses grupos humanos têm fundamentalmente em comum não é, como parece indicar o termo negritude, a cor da pele, mas sim o fato de terem sido na história vítimas das piores tentativas de desumanização e terem sido suas culturas não apenas objeto de políticas sistemáticas de destruição, mais do que isso, ter sido simplesmente negada a existência dessas culturas.

Tomada de consciência de uma comunidade de condição histórica de todos aqueles que foram vítimas da inferiorização e negação da humanidade plena pelo mundo ocidental, a negritude deve ser vista também como confirmação e construção de uma solidariedade entre as vítimas (MUNANGA 2012, p. 12).

Já a branquitude constitui-se na marca de quem cria as oportunidades e decide quem vai acessá-las. Naturalmente os/as brancos/as têm utilizado da dominação e das relações de poder a seu favor e na manutenção dos seus privilégios mesmo que de forma indireta, até mesmo porque fazer nada também é uma forma de se posicionar.

Neste sentido, Peggy e McIntosh (1988) argumentam que os privilégios não são percebidos pelos sujeitos que os obtêm, pois as sociedades ocidentais ainda são em sua maioria eurocentradas e, por isso, tendem a ser “monoculturais”, ou seja, a constituição de determinada perspectiva sobre o mundo se baseia centralmente nos padrões culturais dos grupos dominantes, mantendo uma visão única sobre as formas de viver e ser no mundo, que não permite que os sujeitos consigam perceber sua singularidade e seu próprio fechamento. O monoculturalismo, como toda forma de “sistema único de visão” é cego à sua própria especificidade cultural. Ele não consegue perceber a si mesmo (McIntosh, 1988). Ele confunde seus particularismos com neutralidade (SCHUMAN 2018, p.146).

É essa ideia de neutralidade que coloca em questão se esse modelo de educação tem fornecido os subsídios necessários para que as pessoas negras consigam enfrentar a provação desse sistema racista ou se faz com que mesmo que inconscientemente contribuam para a ruína de negros e negras perpetuando o regime opressor. De acordo com a ADUFRGS (2020), “na UFRGS, menos de 5% dos docentes e menos de 10% dos alunos são negros. No caso dos docentes, no entanto, não existem dados consistentes sobre o real percentual de pretos e pardos”.

As narrativas do meu percurso formativo na posição de aluna e também na posição de profissional em formação coloca em evidência como essa configuração

de sub-representação de pessoas negras nos postos de comando e em posições de poder prejudica em vários níveis a educação e as práticas profissionais de negros e brancos. A falta de implicação das pessoas brancas acerca do racismo que reproduzem faz com que elas não atendam de forma adequada às necessidades das pessoas negras.

A chamada educação moderna, com todos os seus defeitos, porém, faz muito mais bem aos outros do que ao negro, porque foi elaborada em conformidade com as necessidades daqueles que escravizaram e oprimiram os povos mais fracos. Por exemplo, a filosofia e a ética resultantes de nosso sistema educacional justificam a escravidão, a segregação e o linchamento. O opressor tem o direito de explorar, prejudicar e matar o oprimido (WOODSON, 1933).

O autor ainda pontua que além de contribuir pouco para a liberdade mental da população negra a educação nos moldes atuais faz com que negros e negras fortaleçam os propósitos dos/as brancos/as, fazendo o que desejam deles/as.

Nenhum esforço sistemático para a mudança foi possível, pois, ensinada a mesma economia, história, filosofia, literatura e religião que estabeleceram o presente código moral, a mente do Negro foi colocada sob o controle de seu opressor. O problema de segurar o negro, portanto, é facilmente resolvido. Quando você controla o pensamento de um homem, não precisa se preocupar com as ações dele. Você não precisa dizer a ele para não ficar aqui ou ir além. Ele encontrará seu “lugar apropriado” e permanecerá nele. Você não precisa mandá-lo para a porta dos fundos. Ele irá sem que lhe digam. Na verdade, se não houver porta dos fundos, ele cortará uma para seu benefício especial. Sua educação torna isso necessário (WOODSON, 1933).

Por conta da educação estar em desacordo com a diversidade populacional é que as políticas de cotas com reservas de vagas para negros e indígenas são importantes e necessárias. Além de maior representação de não brancos, elas proporcionam que diferentes olhares e saberes adentrem na universidade, propiciando que novas formas de conhecimento emerjam. E que discursos silenciados ganhem voz e vez.

[...] a experiência das ações afirmativas nas universidades públicas representou um significativo avanço nas políticas de combate à desigualdade racial e nas perspectivas abertas à população negra no Brasil. Permitiu aprofundar o debate sobre a educação pública no país, seu papel e a qualidade de seu ensino. E, por fim, contribuiu para fazer avançar a nossa compreensão sobre democracia e sobre a variedade de instrumentos que devem ser mobilizados na construção de maior justiça social (BENTO 2018, p.128)

As vivências aqui compartilhadas expõem que as políticas por si só são insuficientes para lidar com o racismo institucionalizado. A ausência de fiscalização das leis acabou contribuindo para a não efetividade dos programas de combate ao racismo. Segundo Bento (2018, p.115), apesar dos esforços dos movimentos negros em busca de reverter o quadro da desigualdade e discriminação racial na qual vivemos, existem muitos entraves e o cenário de extrema violência ainda persiste, pois mesmo nas instituições públicas/privadas que se observa a definição e implementação de programas, os resultados concretos são insatisfatórios. A autora identifica duas consequências que obstaculizam os resultados satisfatórios dos programas de combate ao racismo e promoção da equidade racial.

1) a ausência, em postos de direção e comando das instituições privadas e públicas, bem como, em seus quadros de pessoal, de profissionais oriundos dos segmentos sociais que conquistaram e que são destinatários dessas políticas e 2) as mudanças que sofrem as referidas políticas quando adentram as instituições (BENTO 2018, p.116).

A dificuldade tanto da universidade quanto do equipamento de saúde mental de detectar posturas racistas e até mesmo de reconhecer a existência do racismo contribui diretamente para o não enfrentamento e identificação do racismo institucional. Ou seja, negando-se o racismo não se tem contra o que lutar. Dessa forma, é necessário realizar um “diagnóstico da discriminação institucional” (CFP 2017 apud CAMARGO 2018, p.130). Camargo destaca o que é necessário para a efetivação desse diagnóstico

olhar para o histórico da instituição, ponderar se em algum momento as relações raciais foram trabalhadas; analisar como a instituição lida com as pessoas atendidas dentro das suas especificidades raciais; se a equipe tem em seu quadro diversidade racial; se o Projeto Terapêutico Institucional contempla a perspectiva racial; se existem materiais de publicidade, comunicação e formação que contemplam as diversas raças; se o orçamento da instituição considera e inclui as diversidades raciais; ou se os materiais específicos de trabalho (no caso do CAPSij, jogos, bonecas(os), revistas, filmes, gizes de cera, lápis de cor, livros e fantasias) contemplam a raça negra; o levantamento de práticas do equipamento com o território e a comunidade; se o trabalho intersetorial e de rede buscam instituições que fazem o recorte racial; a investigação sobre a diversidade racial dos seus usuários e do território; e, por fim, se fornecedores em geral e as empresas que prestam serviços estão atentos e implicados com as questões raciais em seus quadros e produtos (CFP, 2017 apud CAMARGO 2018, p.131)

Nesse sentido, é imprescindível que as instituições sejam o mais diversas possíveis e/ou estejam atentas a toda multiplicidade existente na sociedade. Conscientes das diferenças etnicorraciais, de gênero e sociais possam trabalhar

para melhor atender as pessoas que buscam seus serviços, bem como, instrumentalizar seus profissionais.

Apesar do caminho já percorrido, com importantes conquistas, há muito o que fazer para que brancos e negros tenham as mesmas condições de vida e de oportunidades. É dever de todos/as lutar por um mundo menos desigual e verdadeiramente democrático, pois o que vivemos hoje não é nada mais do que um período colonial contemporâneo.

Cabe ao saber psi ir à busca do sujeito concreto, das suas mediações culturais, simbólicas, estas atravessadas não só pela pobreza, como por outros marcadores sociais de desigualdade, absorvidos por signos e significados polissêmicos e dinâmicos e que precisam ser escutados por uma psicologia que supere seu complexo de vira-lata. Assim, o reconhecimento de uma verdadeira humanidade, não estereotipada, pode permitir que as denúncias sejam escutadas e as mortes não mais anunciadas, qualificando crônicas de vidas emancipadas (FARIAS 2018, p. 62-63).

Enquanto a psicologia e seus agentes estiverem mais interessados em reproduzir discursos que dizem pouco ou nada sobre a realidade brasileira perdem-se de vista questões importantes sobre a vida dos brasileiros que tem lidado com inúmeras violências inclusive nos atendimentos psicológicos. De acordo com relatório realizado pelo DIEESE (2016) em parceria com CFP, a maioria dos/as psicólogos/as atuantes são brancos/as, no entanto, as mulheres brancas compõem a maioria dos profissionais em exercício. Porém, mesmo nos locais onde as mulheres brancas ocupam cargos de poder, como é o caso de algumas universidades, podemos observar poucas mudanças efetivas com relação ao sexismo, ao racismo, à LGBTQIAP+fobia, ao capacitismo, entre outros. Ou seja, elas acabam fazendo um trabalho muito parecido do trabalho dos homens na mesma posição/cargo.

Nas relações de poder as questões raciais ficam em primeiro plano e acabam ditando o que será ou não prioridade. Sendo assim, apesar das mulheres brancas também estarem incluídas nas minorias sociais no que diz respeito a alguns direitos, quando no poder acabam perdendo de vista a coletividade e individualizam seus processos. Mesmo sendo um grande avanço, somente a maior representação de mulheres brancas não atende as necessidades concretas da população brasileira, sobretudo, da população não branca.

Concluo que a representação de todos os atores sociais (não somente como alunos, mas como professores, na bibliografia, nos espaços de poder, na gestão, etc.), principalmente, daqueles atendidos pelas políticas de ações afirmativas se faz urgente. É extremamente importante que tenhamos em mente que enquanto houver um segmento desassistido não estaremos em pé de comemorar, nesse sentido, são muitos segmentos ainda pedindo passagem e ansiando pelo momento em que serão vistos e ouvidos de fato. Esse é um caminho possível para mudança, mas é necessário que todos/as entendam a relevância de tais movimentos e que somente a coletividade pode construir novos rumos para a psicologia e seus fazeres.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ADUFRGS. **Racismo estrutural no Brasil se reflete na Universidade**, 2020. Disponível em: <<https://www.proifes.org.br/adufrgs-racismo-estrutural-no-brasil-se-reflete-na-universidade/>>. Acesso em: 30 de out. de 2020.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Ed. Jandaíra - Coleção. Feminismo Plurais (Selo Sueli Carneiro), 2018.

Almeida, Silvio Luiz de. **Estado e Direito: a construção da raça**. In: Silva, M.L; Farias, M; Ocariz, M.C; Neto, A.S. (Orgs), *Violência e Sociedade: o racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro* (2018, pp. 81-96).

ALMEIDA, Silvio. **O que é Racismo Estrutural?** 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?time_continue=2&v=PD4Ew5DIGrU>. Acesso em: 16 de mar. De 2018.

AUGUSTIN, André Coutinho et. al. **Panorama das desigualdades de raça/cor no RS**. Porto Alegre: SPGG/DEE, 2021. (Relatório Técnico).

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Branqueamento e branquitude no Brasil**. In: CARONE, Iray;(orgs). *Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002b. p. 25-58.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Notas sobre a branquitude nas instituições**. In: Silva, M.L; Farias, M; Ocariz, M.C; Neto, A.S. (Orgs), *Violência e Sociedade: o racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro* (2018, pp. 115-136).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Caminhos para uma política de saúde mental infantojuvenil**/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Brasília - Editora do Ministério da Saúde, 2005.

CARMICHAEL, Stokely; HAMILTON, Charles. **Poder negro: la política de liberación en Estados Unidos**. México: Siglo XXI, 1967.

CARNEIRO, Aparecida Sueli; FISCHMANN, Roseli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CORREIA, Wesley. **Dizer-se a si: breve reflexão sobre o lugar e o papel das literaturas negras** in: Revista literária Mahim, Ano 2, Número 3, dezembro 2020. Disponível em: <www.revistamahim.com.br>. Acesso em: 03 de jan. de 2021.

CRI. Articulação para o Combate ao Racismo Institucional. **Identificação e abordagem do racismo institucional**. Brasília: CRI, 2006.

DAWN, Clara. **Adultizar Uma Criança É Uma Maneira Bem Eficiente De Destruí-la**. Portal Raízes, Goiás, 14 de dez. de 2019. Disponível em: <<https://www.portalraizes.com/adultizar-e-capitalizar-uma-crianca-e-uma-maneira-bem-eficiente-de-destrui-la/>>. Acesso em: 30 de out. de 2020.

DAVID, Emiliano de Camargo. **Saúde mental e racismo: a atuação de um Centro de Atenção Psicossocial II Infantojuvenil**. 2018. 168 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia: Psicologia Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

DIEESE. Projeto 2 – **Levantamento de informações sobre a inserção dos psicólogos no mercado de trabalho brasileiro**. Relatório Final – Análise de Dados. Contrato de Prestação de Serviço DIEESE - Conselho Federal de Psicologia, 2016.

EVARISTO, Conceição. **Escrevivência**. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4EwKXpTIBhE>>. Acesso em: 03 de jan. de 2020.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FARIAS, Marcio. **Formação do povo brasileiro e a questão negra: uma leitura psicossocial**. In: Silva, M.L; Farias, M; Ocariz, M.C; Neto, A.S. (Orgs), *Violência e Sociedade: o racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro* (2018, pp. 47-66).

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010. 2222 p. ISBN 978-85-385-4198-1.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GOLIN, Tau. **Os cotistas desagradecidos**. 2014. Disponível em: <<https://sul21.com.br/colonastau-golin/2014/06/os-cotistas-desagradecidos/>>. Acesso em: 15 de jan. de 2022.

GUIMARÃES, A. S. Alfredo. **Classes, Raças e Democracia**. São Paulo, Editora 34, 2002

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HIRSCH, Joachim. **Teoria materialista do Estado**. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

HOFBAUER, Andréas. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: Unesp, 2006.

JACCOUD, Luciana. **O Combate ao Racismo e à desigualdade: O desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial**. As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil : 120 anos após a abolição / Mário Theodoro (org.), Luciana Jaccoud, Rafael Osório, Sergei Soares . – Brasília : Ipea, 2008.

KASTRUP, Virgínia; PASSOS, Eduardo. Cartografar é traçar um plano comum. *Fractal, Rev. Psicol.*, Ago 2013, vol.25, no.2, p.263-280. ISSN 1984-0292

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**. Lisboa: Orfeu Negro, 2019.

MACHADO, Bia. **Bonecos** in: *Poetas Vivos – Vida Longa à Resistência*. Volume 1 – 2018.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. *Revista Arte e Ensaios*, 2016 32: 122-152. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>.

MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

MENINAS negras são consideradas “menos inocentes”, diz estudo. **CLAUDIA**, São Paulo, 05 de jul. de 2017. Disponível em: <<https://claudia.abril.com.br/noticias/meninas-negras-sao-consideradas-menos-inocentes-diz-estudo/>>. Acesso em: 30 de out. de 2020.

MENINAS negras são vistas como 'menos inocentes' que meninas brancas, diz estudo. **ESTADÃO**, São Paulo, 04 de jul. de 2017. Disponível em: <<https://emails.estadao.com.br/noticias/comportamento/meninas-negras-sao-vistas-como-menos-inocentes-que-meninas-brancas-diz-estudo,70001876519/>>. Acesso em: 30 de out. de 2020.

MUNUNGA, Kabenguele. **Negritude e identidade negra ou afrodescendente: um racismo ao avesso?** In: Revista da ABPN v.4. n.8 jul.-out. 2012, p. 06-14.

MUNANGA, Kabenguele. **As Ambiguidades do Racismo à Brasileira** in: N. M. Kon, M. L. Silva, & C. C. Abud (Orgs.). O racismo e o negro no Brasil: Questões para a psicanálise (pp. 33-44). São Paulo: Perspectiva 2017.

NOGUERA, Renato. **O PODER DA INFÂNCIA: espiritualidade e política em afroperspectiva**. Momento: diálogos em educação, E-ISSN 2316-3100, v. 28, n. 1, p. 127-142, jan./abr., 2019.

NOGUERA, Renato; GUTMAN, Catia; FEITOSA, Dayane. **Pintando e desenhando Pinóquio e Kiriku na escola**. Aprender: caderno de Filosofia e Psicologia da Educação. Vitória da Conquista-BA, Ano XI, n. 19, p. 75-94, jul./dez. 2017.

PINTO, Elisabete. **Mulher negra e o emprego doméstico: a travessia para o século XX e as novas perspectivas para o século XXI**. S/D. Disponível em: <<https://cenpah.wordpress.com/2012/05/29/mulher-negra-e-o-emprego-domestico-a-travessia-pelo-seculo-xx-e-as-novas-perspectivas-para-o-seculo-xxi/>>.

SCHUMAN, Lia. **Branquitude e privilégio**. In: Silva, M.L; Farias, M; Ocariz, M.C; Neto, A.S. (Orgs), Violência e Sociedade: o racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro (2018, pp. 137-150).

THEODORO, Mário. **A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil**. As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil : 120 anos após a abolição / Mário Theodoro (org.), Luciana Jaccoud, Rafael Osório, Sergei Soares . – Brasília : Ipea, 2008

WERNECK, Jurema. **Racismo Institucional, uma abordagem conceitual**, Geledés – Instituto da Mulher Negra, 2013.

WOODSON, Carter Godwin. **A Deseducação do Negro**. Associated Publishers, 1933.

VEIGA, Lucas. **Descolonizar a Psicologia: Considerações a uma Psicologia Preta**, CEERT - Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade, 2017.